

P R E F E I T O

Kalil55

VICE **Fuad Noman**

PLANO DE GOVERNO

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
SAÚDE	9
EDUCAÇÃO	15
ASSISTÊNCIA SOCIAL, SEGURANÇA ALIMENTAR E CIDADANIA	20
ESPORTES E LAZER	37
SEGURANÇA E PREVENÇÃO	41
CULTURA	45
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO	50
SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	61
POLÍTICA URBANA: PLANEJAMENTO URBANO, REGULAÇÃO E AMBIENTE URBANO	71
HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO	81
MOBILIDADE URBANA	86
MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO	90
SUPERAÇÃO DA PANDEMIA E RETOMADA ECONÔMICA	96

APRESENTAÇÃO

Ser Prefeito do Município de Belo Horizonte tem sido uma sequência de desafios. Ao longo de pouco mais de três anos e meio, passei o primeiro deles aprendendo como a prefeitura funciona, conhecendo suas dificuldades históricas e fazendo reformas na sua estrutura. 2017 foi um ano de reconquistar o equilíbrio orçamentário e arrumar a casa. Em 2020, o ano começou com a maior chuva da história e seguiu com uma pandemia como nunca antes vista. Com isso, acabei tendo efetivamente dois anos de governo para implementar tudo o que desenhei. E, mesmo sem ter prometido nada durante a campanha, entreguei muito.

É impossível citar tudo o que foi feito, mas destaco, somente na área social, que hoje Belo Horizonte tem mais crianças em tempo integral nas escolas de educação infantil; as creches foram reformadas; o Hospital do Barreiro funciona com capacidade total, oferecendo 460 novos leitos; a UPA Norte foi inaugurada este ano e a construção de quarenta Centros de Saúde está em pleno vapor. 100% dos CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) contam com equipe técnica completa, o que não acontecia quando os visitei durante a última campanha, e foram realizados vinte mil novos cadastros para ampliar o acesso da população mais vulnerável às políticas públicas. Cuidamos tanto dos idosos, ampliando a oferta do Programa Maior Cuidado para 100% dos CRAS, como da população mais carente, aumentando em 216% a doação de alimentos e servindo 290 milhões de refeições até o fim de 2019, sendo

que 25% delas foram oferecidas gratuitamente. Durante o período de pandemia, garantimos o atendimento aos mais afetados, com políticas sociais rápidas e eficientes.

Inclusive, o novo coronavírus solapou a implementação de ações que visam ampliar a resiliência da cidade diante dos fenômenos climáticos. Obviamente, são todas viáveis e fazem parte do nosso planejamento, tais como a ampliação de agroflorestas (dezenove novas estavam autorizadas para 2020, mas não puderam ser implementadas por causarem aglomerações), a ampliação de pequenas obras pela cidade com a implantação de jardins de chuva (caixas de captação de água, abaixo dos jardins, nas praças, parques e canteiros centrais de avenidas) e o desenvolvimento de um robusto plano de arborização que melhora o clima e aumenta a absorção de água da região. Tudo isso será retomado, bem como as ações do desenvolvimento de novas centralidades, com distâncias curtas entre as moradias e os serviços de maior utilização. Essa noção de cidade terá que ser implementada de forma mais acelerada em função do novo coronavírus, que veio que veio aproximar planejamento e ação para vários aspectos das nossas vidas, como fez também com o teletrabalho e com a telemedicina.

Neste contexto de saída da pandemia, será de extrema importância a estruturação de uma política de desenvolvimento que possa retornar a economia da cidade para seu ritmo de crescimento. Embora uma prefeitura não tenha à sua disposição as ferramentas que o Governo Federal e os Estados possuem para lidar com política econômica, temos que ocupar um papel central nisso, articulando com os diversos segmentos que compõem o mercado ainda mais do que já estamos fazendo. Temos que construir uma pauta em parceria com os setores econômicos da cidade. Enfrentar o desemprego será nosso desafio. Para isso, algumas ações estão em andamento e em outras precisaremos trabalhar em parceria com as pessoas.

Precisamos continuar a flexibilizar o uso da cidade, para que sua ocupação por comerciantes, músicos, artistas, bares e restaurantes possa usufruir de espaços abertos, além de potencializar as feiras livres. A democratização do espaço público da cidade pode ser uma ferramenta importante para tentarmos recuperar os impactos de 2020 e pensarmos no futuro. Estamos trabalhando em estudos e ações para fomentar a construção civil e a geração de empregos no setor: prédios comerciais que ficarão ociosos pelo crescimento do teletrabalho e hotéis desativados poderão ser reformados para dar lugar a moradias; a própria prefeitura vem captando grande quantidade de recursos para obras de drenagem, mobilidade urbana, infraestrutura e equipamentos de saúde. Tudo isso vai gerar mais empregos e contribuir para a retomada econômica.

Os pequenos varejistas merecem nossa atenção, dada a dificuldade de competir com as grandes empresas que operam pela internet. Para isso, temos que pensar em desenvolver ferramentas de logística e de pagamento, de forma a colocá-los em outro patamar de atuação nestes novos tempos. Nossos editais no campo da cultura e de eventos precisam ser revisados, a fim de criar uma nova forma de apoiar a arte e o entretenimento. Conseguimos avançar em 2020, mas precisaremos conversar com o setor de maneira mais profunda para desenharmos juntos como será o formato a partir de 2021. As ações desenvolvidas em 2020 ainda estão centradas na preservação da vida e por isso não espelham, nem de longe, o que pensamos de potencialidade para o fomento à economia da cidade.

Isso será possível graças, também, à situação de equilíbrio orçamentário e financeiro que Belo Horizonte apresenta, destacando-a da realidade encontrada atualmente no país. Reconheço que a PBH não é

uma prefeitura rica, já que ocupa o 5º lugar¹ em arrecadação no conjunto das sete capitais do sul e sudeste do país, mas é muito bem gerida. Ao longo desta gestão, o monitoramento intensivo de cada despesa permitiu que os gastos crescessem dentro do limite imposto pela ampliação da receita. Mesmo com todo o caos causado pelas fortes chuvas no início de 2020, que trouxe uma necessidade de investimento inesperada, e a pandemia, que afetou fortemente as finanças públicas, tanto pelo lado da receita quanto da despesa, concluiremos este mandato garantindo a premissa de equilíbrio fiscal das contas públicas, dado que as ações do futuro dele dependerão.

Esse resultado é fruto de um trabalho iniciado logo em 2017, quando se fez arenegociação de praticamente todos os contratos vigentes na prefeitura, buscando sempre ampliar os serviços prestados à população com menor custo. As despesas com a organização interna da Prefeitura, que chamamos de “área meio”, em 2019 apresentaram valor menor que em 2016, mesmo com a inflação do período. Ou seja: economizamos com aluguéis para as secretarias, serviços de limpeza e de segurança, taxa de administração de empresas terceirizadoras e aluguel de veículos, para que o dinheiro chegasse à ponta, atendendo de fato o cidadão.

O ajuste também foi feito por meio da redução de cargos comissionados, resultado da reforma administrativa. Com essas medidas fiscais, conseguimos melhorar a remuneração de carreiras importantíssimas, como a da educação infantil (aumento médio total de 62%), guarda municipal (aumento médio total de 51,7%) e Agente Comunitário de Saúde e de Endemias (aumento médio total de 48,4%), e garantir aumentos e pagamento de direitos para uma carreira tão fundamental como a de professor municipal, que chegou ao aumen-

¹ De acordo com a publicação Anuário Multi Cidades 2020 da Frente Nacional de Prefeitos, referente ao exercício 2018.

to médio de 31% no quadriênio. Ao longo desta gestão, todas as carreiras tiveram aumento de vencimentos, no mínimo, igual à inflação projetada para o período – e sem atrasos de salários. A negociação com as categorias de trabalhadores foi uma prioridade. Terminaremos o governo com mais de trezentas reuniões realizadas com os sindicatos para ouvir as demandas e promover alterações em onze das doze carreiras do município e em inúmeros cargos pertencentes a essas carreiras.

Trabalhamos muito para buscar recursos para fomentar o investimento na cidade, principalmente na sua infraestrutura. Captamos, nesta gestão, mais de R\$ 1,4 bilhão para financiar obras viárias, de saneamento e de drenagem, além de permitir intervenções significativas na área da saúde e de modernização da gestão. Nesse total, estão incluídos R\$ 200 milhões para a obra da Avenida Vilarinho, pleito antigo da população da cidade, que já está com sua solução iniciada, e outros US\$ 82,2 milhões para, entre outras finalidades, executar o projeto de melhoria de tráfego de veículos na Avenida Cristiano Machado, com a construção de três novos viadutos, o que reduzirá significativamente o tempo de viagem consumido pelo trânsito. Cabe informar que temos negociação avançada com diversas instituições para captar mais R\$ 1 bilhão, que será destinado principalmente para a construção de faixas exclusivas para transporte público, ciclovias, implantação do Corredor Amazonas, intervenções de infraestrutura no Cabana e no Izidora, bem como para melhoria da atenção primária em saúde. Todos os recursos captados por esta gestão e em negociação serão fundamentais para a abertura de frentes de trabalho na cidade, não só para a resolução de problemas antigos, mas para a geração de novos empregos, tão necessária no momento.

Concluindo, na sequência deste documento, apresento minhas propostas para um novo mandato. Elas não esgotam o que será apresentado no novo governo, apenas dão as linhas gerais para cada política pública. Pela minha experiência nos últimos anos, pelo legado que construí, pelo grupo que formei na prefeitura, chego muito mais preparado para enfrentar os próximos quatro anos. Se em 2016 foi importante a escolha de alguém comprometido em fazer funcionar uma cidade para promover mais justiça social, mais saúde, mais educação, fazer a cidade mais viva e mais plural, 2020 veio para nos mostrar o quanto essa escolha foi importante lá atrás e por que merecemos seguir esse caminho. Foi com liderança, coragem e determinação que fiz escolhas difíceis neste governo, mas nunca me furtei à necessidade de se tomar nenhuma decisão, afinal, **BELO HORIZONTE TEM PREFEITO. K**

SAÚDE

A política municipal de saúde tem como pressuposto estar em consonância com os princípios que regem o Sistema Único de Saúde (SUS), sobretudo a universalidade, a equidade, a regionalização e a participação social.

Belo Horizonte possui gestão plena para o planejamento e a execução das políticas públicas de saúde, e deve desempenhar suas competências legais, com a visão do sistema inserido em um modelo de governança tripartite do SUS (União, Estados e Municípios). Assim, há a organização e o funcionamento das ações e serviços em redes de atenção à saúde integrada nos três níveis de atenção (primária, secundária e terciária), com foco na atenção primária, como orientadora do cuidado integral, na gestão centrada no paciente e na promoção à saúde, bem como no desenvolvimento das ações de vigilância sanitária e epidemiológica afeitas à sua competência.

PROPOSTAS PARA A ÁREA DE SAÚDE

Desafio: Apesar dos investimentos nas áreas de atenção primária à saúde e de atenção hospitalar, ambulatorial e urgência e emergência, ainda precisamos avançar. Quando se quer ampliar a saúde e a qualidade de vida da população, deve-se considerar que a gestão do sistema de saúde seja centrada no paciente.

Proposta: Implantação do Centro de Atenção à Saúde da Mulher e do Centro de Parto Normal no Hospital Municipal Odilon Behrens, que terão por objetivo ampliar a atenção à mulher na rede municipal.

Proposta: Revisão e implantação de protocolos e linhas de cuidados que ampliem a gestão em redes integradas nos três níveis de atenção (primária, secundária e terciária).

Proposta: Fortalecimento da Atenção Primária à Saúde – APS através de: (i) revisão das áreas de abrangência e classificação dos Centros de Saúde; (ii) realização de estudos para implantação da gestão das rotas dos Agentes Comunitários de Saúde georreferenciada e em dispositivo móvel; (iii) atualização do índice de vulnerabilidade em saúde – IVS; (iv) ampliação de ações relacionadas às temáticas específicas da saúde da mulher, da criança e do adolescente, idoso e adulto, pessoa com deficiência; (v) fortalecimento das academias da cidade; (vi) fortalecimento das ações e políticas de saúde mental; (vii) fortalecimento

das políticas intersetoriais para a população em vulnerabilidade; e (viii) fortalecimento das ações de orientação, do cuidado e de testagem de HIV, Sífilis e Hepatites B e C.

Proposta: Fortalecimento da Atenção Hospitalar, Ambulatorial Especializada, Urgência e Emergência através de: (i) redução da fila e do tempo para realização de cirurgias eletivas; (ii) redução da fila e do tempo para realização de procedimentos ambulatoriais; (iii) ampliação das estratégias de telerregulação; (iv) implantação de processos para ampliação da qualidade e da segurança assistencial na rede ambulatorial (própria e contratada); (v) fortalecimento das estratégias de gestão da rede hospitalar relacionadas à qualidade e segurança assistencial, à ampliação da eficiência do giro de leitos, e da ampliação do serviço de atenção domiciliar.

Desafio: No âmbito da vigilância em saúde muitos avanços foram feitos porém ainda há melhorias a serem implantadas no combate à dengue, zika, chikungunya e nos processos de emissão de alvarás sanitários.

Proposta: Fortalecimento do processo de licenciamento e inspeção sanitária com base no risco, por meio do processo de licenciamento sanitário simplificado. Neste, os estabelecimentos de baixo risco passaram a ser licenciados com autoinspeção, apoiados em um sistema informatizado, sem necessidade de vistoria prévia à emissão do Alvará de Autorização Sanitária (AAS). Dessa forma, a proposta é ampliar e agilizar as vistorias fiscais nos estabelecimentos de alto risco, que devem obrigatoriamente ser inspecionados para liberação do AAS e que, em geral, são locais que demandam maior tempo da fiscalização, devido à complexidade das atividades e às grandes dimensões físicas, como hospitais, clínicas, laboratórios e outros.

Proposta: Incrementação das novas metodologias para aumentar a eficiência do controle da dengue, zika e chikungunya em Belo Horizonte, como, por exemplo, a ampliação do projeto *Wolbachia* em toda a cidade, feito em parceria com a Fiocruz, que consiste na liberação do *Aedes* com micro-organismo *Wolbachia* na natureza. Esse procedimento tem o objetivo de reduzir a capacidade do *Aedes aegypti* de transmitir as três doenças citadas.

Proposta: Fortalecimento das ações de prevenção de lesões e mortes no trânsito com o Projeto Vida no Trânsito, intersetorial e interinstitucional, que tem como objetivo de reduzir a morbimortalidade por acidentes de trânsito.

Proposta: Fortalecimento das ações voltadas ao enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) e seus fatores de risco modificáveis (tabagismo, atividade física insuficiente, alimentação inadequada e uso nocivo de álcool), com o fortalecimento das ações de promoção à saúde relacionadas ao conjunto das quatro principais doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), quais sejam, doença cardiovascular, neoplasias, Diabetes Mellitus e doenças respiratórias crônicas.

Proposta: Fortalecimento das orientações e da cobertura vacinal contra Sarampo e Febre Amarela, com intensificação tanto das campanhas de vacinação como das orientações dos profissionais para que investiguem a situação vacinal de todas as pessoas que procurem as unidades de saúde e da emissão da lista de faltosos. Intensificação vacinal nas escolas municipais de ensino fundamental e médio, nas EMEIs, creches, universidades, hospitais, UPAs, SAMU, dentre outros, e bloqueios vacinais dos casos suspeitos, buscando, assim, ampliar as coberturas e interromper a circulação do vírus.

Desafio: Apesar dos avanços implementados na infraestrutura da rede de atendimento à população, é imprescindível que, antes de se pensar em ampliação de unidades, deva-se focar na melhoria do que já existe. Dessa forma, um grande desafio a ser enfrentado será o de executar reformas, reconstruir e garantir a manutenção da infraestrutura física existente, ampliando a funcionalidade do local de atendimento, o conforto para o trabalhador e para o usuário, incluindo, dentre outros aspectos, as questões relacionadas à acessibilidade, ao meio ambiente, com investimentos em energia sustentável, atendimento às normas de segurança e da vigilância sanitária.

Proposta: Investimento em reformas e reconstruções de, pelo menos: (i) 40 Centros de Saúde/CS; (ii) Cersam Venda Nova, Norte e Oeste; (iii) UPA Nordeste, Pampulha, Barreiro, Oeste e Venda Nova; (iv) SAMU; (v) Rede de Frio e Complexo de Imunização; (vi) Centro de Controle de Zoonoses e Laboratório de Zoonoses; (vii) Complexo de Saúde Noroeste (URS Padre Eustáquio); (viii) CEO Paracatu e Carijós; (ix) Centro de Atenção à Mulher; (x) Central Única de Material e Esterilização; (xi) reconstrução da Maternidade do HOB.

Proposta: Investimento no parque de equipamentos médico-hospitalares, equipamentos para exames de imagem e mobiliário para todas as Unidades de Saúde próprias.

Proposta: Melhoria na assistência à saúde, direcionando esforços ao planejamento da força de trabalho da Atenção Primária à Saúde – APS, Saúde Mental, Atenção Ambulatorial Especializada, UPAs e SAMU. Ampliação dos treinamentos e capacitações de profissionais e gestores nos âmbitos estratégico, tático e operacional, com início de implementação de estratégias de análise de impacto nos serviços de saúde, decorrentes das capacitações realizadas.

Desafio: Modernizar a infraestrutura tecnológica dos serviços de saúde pública da cidade de Belo Horizonte, bem como os *softwares* de gestão da rede de atenção à saúde.

Proposta: Implantação total da Solução Tecnológica Integrada de Gestão da Regulação, Ambulatorial e Hospitalar (SIGRAH), que conectará os sistemas de gestão dos hospitais, UPAs e unidades básicas de saúde, propiciando integração das informações de saúde.

Proposta: Implantação do Prontuário Eletrônico Único do cidadão (paciente) acessível em vários pontos da rede assistencial do SUS-BH, possibilitando o acesso integrado às informações do paciente.

Proposta: Implantação de um sistema de regulação integrado aos sistemas de gestão da SMSA, incluindo o sistema de gestão do SAMU e de uma solução para a transmissão e o armazenamento de imagens integrado ao Prontuário Eletrônico Único e aos sistemas de gestão das unidades de saúde da SMSA, além da atualização do parque de imagem.

Proposta: Implantação de dispositivos móveis e ferramentas de atendimento virtual, incluindo coleta de informações nas visitas/atendimentos dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), Agentes de Combate a Endemias (ACE), Equipes de Atenção Domiciliar, agendamento, monitoramento e consulta on-line, acesso a resultados de exames, controle de vacinas, acompanhamento de chamada do SAMU. Também será implantado um sistema georreferenciado de gestão de rotas dos ACS e ACE. **K**

EDUCAÇÃO

A Prefeitura tem como atribuições organizar, desenvolver e manter o Sistema Municipal de Ensino, integrando-o às políticas e aos planos educacionais da União e do Estado, nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. É de responsabilidade do município fornecer a Educação Básica, ou seja, creches e pré-escolas, além de cooperar com o Estado no fornecimento do Ensino Fundamental, sendo obrigatória, por lei, a matrícula de toda demanda de crianças a partir de 4 anos. O município também oferta a EJA, educação destinada aos jovens, adultos e idosos que não tiveram acesso à escola na idade esperada. Belo Horizonte garante ainda a inclusão de quase 6 mil alunos com deficiência, por meio do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e de Escolas de Ensino Especial.

PROPOSTAS PARA A ÁREA DE EDUCAÇÃO

Desafio: Apesar dos enormes avanços realizados na educação infantil, a universalização do atendimento em tempo integral para as crianças de 0 a 1 ano ainda é um desafio que precisamos enfrentar, assim como a ampliação do atendimento integral para as crianças de 3 a 8 anos e o estímulo à continuidade na rede entre educação infantil e ensino fundamental.

Proposta: Ampliação das vagas para atendimento de crianças de 0 a 2 anos, visando não só o desenvolvimento pedagógico das crianças, mas também atender às mães que necessitam de sair de casa para trabalhar.

Proposta: Credenciamento de mais creches parceiras para ampliação de turmas de berçários e 1 ano em locais onde ainda não há atendimento a essas faixas etárias e onde não há terreno para a construção de EMElS.

Proposta: Efetivação da alteração do perfil de atendimento de algumas EMElS e creches parceiras. Para isso, será necessário reformar mais escolas de ensino fundamental, adequando-as para o atendimento das faixas etárias de 3 a 5 anos, liberando assim salas em EMElS e creches parceiras para atendimento à faixa de 0 a 1.

Proposta: Implantação de escolas da infância (atendimento de 3 a 11 anos) onde hoje existem apagões identificados de atendimento da Rede Municipal (dois em Venda Nova; um na Pampulha; um no Barreiro).

Desafio: Ampliar o atendimento integral para as crianças de 3 a 8 anos.

Proposta: Ampliação das turmas de tempo integral, evitando a descontinuidade da oferta e reorganizando o atendimento nas EMEIs.

Proposta: Inclusão, no Cadastro Anual para a Rede, da opção pelo tempo integral, com lista pública de espera que leve em conta critérios de vulnerabilidade social.

Desafio: Continuar fomentando a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem.

Proposta: Ampliação do “Programa Appia: um olhar para a infância”, que tem por objetivo articular e integrar atividades pedagógicas da educação infantil às do ensino fundamental, estabelecendo uma transição natural das crianças entre os 4 e 8 anos de idade. Dessa forma seria garantida a solidez nos processos de alfabetização e letramento, inclusive matemático, a fim de melhorar, a médio prazo, desempenhos escolares a serem avaliados aos 11 anos no 5º ano do ensino fundamental.

Proposta: Ampliação do Programa Geração Ativa, que retoma, para adolescentes em distorção idade/série nos anos finais, os objetos de conhecimento dos anos iniciais que tenham ficado pendentes, garantindo não só a conclusão do ensino fundamental na idade certa, mas também a melhoria de resultados de aprendizados que serão avaliados no 9º ano e que são necessários para o ingresso no ensino médio, com as competências essenciais efetivamente garantidas.

Proposta: Investimento contínuo nas bibliotecas escolares como espaço catalisador do Programa Leituras em Conexão, que tem a finalidade de formar leitores competentes, capazes de conhecer e inves-

tigar em qualquer área do conhecimento, reestruturando os espaços que ainda não foram modernizados.

Desafio: Apesar dos esforços empreendidos, ainda existe fila de espera para atendimento do público de jovens e adultos com deficiência.

Proposta: Ampliação da oferta de vagas das três escolas de Ensino Especial, com a implantação de novos espaços para atendimento intersetorial, com foco no cuidado, na socialização e na educação para pessoas com deficiência acima de 18 anos.

Desafio: Apesar dos esforços, ainda há demanda reprimida para Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Proposta: Ampliação do atendimento por AEE, transformando-o em uma política de oferta de serviço à cidade, com atendimento territorial. Atualmente, são noventa salas de AEE e, com a reorganização por polo territorial, implantaríamos mais polos de Atendimento Educacional Especializado, reduzindo a demanda reprimida da cidade por esse serviço.

Desafio: Apesar dos avanços na melhoria da infraestrutura física das escolas, ainda há necessidade de investimento para ampliação do parque tecnológico.

Proposta: Investimento na otimização do acesso à internet em todos os espaços das escolas, e não somente em espaços específicos, por meio de cabeamento de rede e compra de roteadores de sinal de wi-fi, além da disponibilização de equipamentos para utilização por alunos e professores, garantindo a formação de professores para efetivo uso das tecnologias.

Desafio: Apesar dos avanços, é necessário ampliar investimentos para buscar a constante melhoria do clima escolar, assim como a garantia da segurança no território das escolas municipais.

Proposta: Ampliação do desenvolvimento dos Planos de Convivência e a implantação das Câmaras de Práticas Restaurativas nas escolas da Rede Municipal de Educação.

Proposta: Ampliação das ações de patrulhamento implantadas nas escolas da Rede Municipal de Educação, em parceria com a Guarda Civil Municipal.

Desafio: O ensino público deve estar alinhado com o que há de mais contemporâneo no ensino de tecnologias. O grande consumo de tecnologia e a forma como ela permeia a atualidade faz com que os jovens tenham que estar alinhados à gramática da linguagem computacional.

Proposta: Promoção, por meio do apoio da Prodabel, do ensino de programação de computadores a alunos e professores da Rede Municipal da Prefeitura de Belo Horizonte. **K**

ASSISTÊNCIA SOCIAL, SEGURANÇA ALIMENTAR E CIDADANIA

As políticas públicas de assistência social, segurança alimentar e de cidadania são essenciais no sistema público de proteção social e na construção de uma cidade mais protetiva, que ofereça oportunidades para todos. Elas atuam na prevenção, promoção, proteção, defesa e garantia de direitos humanos das pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e riscos social e pessoal.

A rede de proteção do Sistema Único da Assistência Social (SUAS/BH) é composta por serviços de proteção social básica, que buscam a prevenção de situações de violação de direitos, a promoção da convivência familiar e comunitária e da materialização dos direitos sociais, além de serviços de proteção social especial, como a superação de situação de violência e a proteção integral de famílias, inclusive com acolhimento institucional ou familiar.

A política de segurança alimentar é orientada pelas diretrizes da conferência e do Plano Municipal de Segurança Alimentar. Atua com serviços, projetos e programas em todas as regionais de Belo Horizonte, contando com o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (COMUSAN) e com o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) como órgãos de assessoramento e deliberação da política.

Na área de Direitos Humanos e Cidadania há constante diálogo com a sociedade civil organizada, buscando coordenar a agenda governamental e estabelecer diretrizes de políticas públicas para crianças e adolescentes, juventudes, pessoas idosas, mulheres, pessoas com deficiência, população LGBT, bem como a promoção de igualdade racial. A atuação ocorre em conjunto com conselhos de defesa de direitos e por meio da realização das Conferências Municipais temáticas, em um processo amplo de participação e monitoramento de políticas públicas.

PROPOSTAS PARA A ÁREA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SEGURANÇA ALIMENTAR E CIDADANIA

Desafio: Ampliar a oferta de refeições e qualificar os serviços de assistência alimentar às famílias vulneráveis, por meio de ações integradas e intersetoriais, visando à modernização da gestão no âmbito do planejamento, logística, parcerias, competências e responsabilidades, na perspectiva dos direitos sociais, da garantia de acesso de qualidade e da promoção de modos de vida saudáveis.

Proposta: Ampliação e qualificação dos restaurantes populares. Em quatro anos, foram servidas 8,5 milhões de refeições, sem reajuste de preços para os usuários, mesmo com a inflação acumulada de mais de 20% no período. Os serviços foram ampliados com a melhora na qualidade: alimentos processados e embutidos não substituem mais a carne e houve mais variedade dos alimentos. As refeições gratuitas para a população em situação de rua passaram a ser oferecidas, em 2020, também aos finais de semana e feriados, minimizando as consequências da pandemia da covid-19. Esse trabalho permanecerá, assim como a gratuidade da oferta para esse público e o desconto de 50% no valor para beneficiárias(os) do Programa Bolsa Família. A continuidade dessas conquistas, a compra de produtos da agricultura familiar e a implantação do Programa “Cozinha Comunitária” são compromissos para os próximos anos.

Proposta: Investimento na qualidade da alimentação escolar e assistencial, para a garantia de segurança alimentar. Foram servidas 283 milhões de refeições nas escolas, creches e abrigos. A variedade e quantidade de vegetais também cresceram, inclusive com a compra direta de produtos oriundos da agricultura familiar e adesão ao Programa da “Mercy For Animals” para a alimentação consciente, que garantiu à prefeitura o selo internacional de “Liderança em Saúde e Sustentabilidade”. O controle de qualidade e as ações de educação alimentar também não podem parar: a atuação de nutricionistas nas unidades foi ampliada em 20%. O aperfeiçoamento dos cardápios (adequados a cada público) e a fiscalização da qualidade das entregas dos fornecedores também seguirão na agenda, assim como o investimento na qualificação dos profissionais, como no caso das cantineiras, com a manutenção do “Concurso de Receitas da Alimentação Escolar”, criado recentemente.

Proposta: Redução do desperdício de alimentos aptos para o consumo, por meio da conexão entre doadores (pessoas físicas e estabelecimentos comerciais, como supermercados, padarias e sacolões) e beneficiários (entidades e famílias). Para isso, será estratégico seguir investindo no Banco de Alimentos que, desde 2017, aumentou em 216% a quantidade de alimentos doados por ano (verduras, legumes, laticínios e pães), complementando 3.694.890 de refeições de famílias vulneráveis. Esse equipamento foi estratégico para apoiar famílias mais pobres na pandemia da covid-19 e a agenda de ampliação será mantida.

Proposta: O enfrentamento da pobreza extrema e da fome é um compromisso inadiável e exigiu uma nova postura do poder público. Em 2019, foi criado o Programa de Assistência Alimentar e Nutricional (PAAN), uma provisão de segurança alimentar, em pecúnia, a partir do público identificado e acompanhado pela Subsecretaria de Assistência Social, que deve ser consolidado. Com os impactos da pandemia, será preciso ousar ainda mais, garantindo também estratégias com-

plementares de acesso à alimentação básica e combate à fome, como as cozinhas comunitárias.

Desafio: Fomentar a ampliação e o fortalecimento da produção, acesso a mercados e consumo de alimentos agroecológicos em Belo Horizonte e na Região Metropolitana, por meio da difusão da agroecologia, da simplificação do acesso e de ações integradas entre produtoras e produtores, organizações sociais, setor público e iniciativa privada.

Proposta: Continuidade à qualificação e ampliação da política municipal de agricultura urbana, inclusive com a implantação de agroflorestas e a consolidação do cadastro municipal de agricultura urbana. Desde 2017, 41 áreas ou terrenos foram destinados para implantação de unidades produtivas comunitárias (hortas, compostagem, agroflorestas, pomares, entre outras iniciativas), beneficiando 214 agricultoras (es), com doação de insumos como adubo, sementes, cercas e assistência técnica agroecológica presencial.

Proposta: Consolidação do Programa Territórios Sustentáveis, também levando-o para outros territórios da cidade. Instituído em 2018, em parceria com comunidades da Ocupação do Izidora e do quilombo Mangueiras, diversos órgãos públicos e entidades sociais, o Programa desenvolveu uma das maiores hortas comunitárias da cidade. Por meio do programa, foi possível apoiar 205 quintais produtivos, ofertar oficinas de educação alimentar e nutricional e curso de compostagem. A iniciativa contribuiu com assistência técnica, insumos e com o incentivo para que os produtos fossem comercializados em feiras, colaborando para a segurança alimentar das famílias e para a geração de renda.

Proposta: Fortalecimento das ações integradas e intersetoriais, investindo no Centro Municipal de Agroecologia e Educação Ambiental em Resíduos (Cemar), criado em 2019, em parceria com a Superinten-

dência de Limpeza Urbana (SLU) e Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA), e implantação do Banco de Sementes Agroecológicas e Crioulas, contribuindo para a soberania alimentar e a produção de alimentos de qualidade na cidade.

Proposta: Consolidação e ampliação da Central de Abastecimento da Agricultura Urbana e Familiar (CAFA), criada em 2019, em parceria com Rede de cooperativas da agricultura familiar. A CAFA garantirá mais de 1.440 toneladas de alimentos agroecológicos, orgânicos e de origem, por ano, além de otimizar a logística e garantir produtos de qualidade com preço justo.

Proposta: Consolidação da rede de abastecimento municipal, ampliando ainda mais os espaços de comercialização direto do(a) produtor(a). Desde 2017, houve ampliação de 98 pontos. Também é necessário seguir na estruturação dos circuitos curtos de agricultura urbana, no funcionamento efetivo dos Mercados Públicos (a partir da finalização das licitações) e na qualificação e ampliação da rede ABasteCer, buscando atender áreas de maior vulnerabilidade, com desertos e pântanos alimentares.

Proposta: Implementação do projeto 'Elas Cultivam Lagoinha', que busca a inclusão produtiva em agroecologia de mulheres com trajetória de vidas nas ruas.

Proposta: Garantir a aquisição de pelo menos 30% de alimentos da agricultura familiar para atender à alimentação escolar. Em 2016, esse percentual era de 2% e a cada ano ampliamos mais, alcançando mais de 30% até 2020. É preciso manter e consolidar o Sistema de Compras de Alimentos da Agricultura Familiar, criado em 2017, composto pelo Comitê Gestor e câmaras intersetoriais, fortalecendo a compra da alimentação escolar e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

E, para avançarmos ainda mais, propomos a criação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Urbana, para a alimentação escolar, e o PAA de compra institucional para os restaurantes populares.

Desafio: Difundir práticas alimentares saudáveis, orientadas pelos conhecimentos da nutrição e da gastronomia, valorizando a agroecologia, as tradições culturais e o desenvolvimento de habilidades culinárias, por meio da qualificação profissional e de estratégias de educação alimentar e nutricional.

Proposta: Ampliação da qualificação em gastronomia, em articulação com os setores produtivos e as estratégias de formação em agroecologia. De forma inovadora, foi instituída a formação da trilha da agroecologia em parceria com a sociedade civil, no Centro de Referência em Segurança Alimentar (CRESAN) - Mercado Popular da Lagoinha. O atendimento continuará prioritário à Educação de Jovens e Adultos (EJA), população com trajetória de rua, população LGBT, mulheres em situação de violência, povos e comunidades tradicionais e moradores do entorno. Para a nova gestão, criaremos mais uma trilha: Educação Alimentar e Nutricional e a Segurança Alimentar.

Proposta: Fortalecimento das ações integradas com outras políticas públicas no Território Lagoinha por meio do CRESAN - Mercado Popular da Lagoinha, com qualificação e formação, arte e cultura, além de criação de instrumentos para o uso do equipamento pelo setor empreendedor da cidade, ampliando os usos e o potencial cultural e gastronômico do espaço e da região.

Proposta: Potencialização das ações de educação para o consumo alimentar saudável, com ampliação dos públicos atendidos e a formação de multiplicadores, tais como estudantes e trabalhadores da educação, feirantes, servidores, entre outros. Fortalecimento das es-

estratégias de arte e mobilização, criadas pelo projeto “Esquadrão da Alimentação”, com o grupo de teatro e mobilização da SMASAC, que envolveram 58 mil pessoas. Será necessário ampliar as parcerias e o diálogo com a cidade, por meio dos “Projetos Circuitos de Segurança Alimentar” e “Do Mercado ao Prato”.

Desafio: Aprimorar a gestão por meio da inovação, da simplificação de processos, do aperfeiçoamento dos instrumentos normativos, do fortalecimento do controle social, do investimento nos equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional e da valorização do/a servidor/a.

Proposta: Simplificação e aprimoramento dos instrumentos legais de abastecimento, comercialização e produção de alimentos em espaços públicos, facilitando seu uso pela população, a exemplo do que foi realizado a partir de 2017, como o credenciamento de unidades produtivas para uso de áreas públicas.

Proposta: Qualificação dos espaços de controle social, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar e de Segurança Alimentar, garantindo qualificação e formação continuada; estruturação da secretaria executiva, instalação em espaço físico com equipamentos adequados.

Proposta: Continuidade às obras e reformas das unidades de segurança alimentar. Desde 2017, os principais equipamentos foram reformados e é necessária a manutenção desse esforço, especialmente no Mercado Popular da Lagoinha e nos restaurantes populares.

Proposta: Consolidação da Rede de Parceria agroecológica da Região Metropolitana e apoio ao Sistema Participativo de Garantia (SPG), para certificação participativa do alimento orgânico. Em conexão com a região metropolitana, é possível ampliar o acesso a produtos orgânicos na cidade, por meio de novidades na gestão. Esse trabalho precisa

seguir em frente, e o protagonismo da Prefeitura de Belo Horizonte é vital para manter sua viabilidade.

Desafio: Aumento da demanda de atendimento em situações de violação de direitos humanos. Entre os anos de 2016 e 2019, somente pelo canal do Disque Direitos Humanos Nacional (Disque 100), as denúncias cresceram em 25% no Brasil, e 75% em Minas Gerais.

Proposta: Qualificação da retaguarda de atendimento das denúncias de violações de direitos. Está sendo implantado o “Sistema de Atendimento em Direitos Humanos”, que busca dar integralidade no atendimento e os tratamentos necessários a essas denúncias. O processo de implantação do sistema será concluído.

Proposta: Avanços no atendimento às mulheres em situação de violência. A oferta será expandida com a integração de diversos serviços públicos que serão ofertados a partir da implantação da Casa da Mulher Brasileira, espaço único e qualificado para atendimento integral às mulheres em situação de violência.

Proposta: Criação de estratégias específicas e intersetoriais para enfrentar a mortalidade das juventudes negra e periférica. A partir da iniciativa do comitê, criado pelo Conselho Municipal da Juventude, em 2019, será conduzido planejamento integrado de ações do município para a efetivação do Plano Municipal de Prevenção à Letalidade Juvenil.

Proposta: Avanço na qualificação dos Conselhos Tutelares e instituição de apoio técnico aos conselheiros. Além disso, é necessário criar uma nova estratégia para o cumprimento de plantões noturnos, de finais de semana e de feriados, garantindo o funcionamento diário dos conselhos por 24h, sem prejuízo à jornada regular e evitando a sobrecarga dos conselheiros titulares.

Proposta: Ampliação, com base em diagnósticos, do atendimento à população LGBT vítima de violações de direitos ou violência, além da qualificação do debate com a sociedade sobre a pauta. O aumento da demanda tem apontado para a necessidade da ampliação da rede de serviços especializados e da criação de espaços de controle social e participação da sociedade civil organizada. Um exemplo é o acolhimento provisório para a população LGBT que vivencia situação de violência ou rompimento de vínculos familiares.

Proposta: Ampliação das medidas de combate ao racismo junto à sociedade e no âmbito institucional. A partir da revisão do Plano Municipal de Promoção de Igualdade Racial, realizada em 2019, é necessário seguir na articulação intersetorial, com avanço em formações, campanhas e outras ações de combate ao racismo.

Desafio: O rompimento das situações de violência e violações de Direitos Humanos carece de estratégias múltiplas, de forma a afetar os diversos fatores que causam essas situações, assim como reparar seus efeitos.

Proposta: Fortalecimento das estratégias de inclusão econômica e social para a superação da situação de violência e violação de direitos. O Programa Espaço da Cidadania (PEC), por exemplo, garante espaço semanal, na Avenida Bernardo Monteiro e em sedes do Tribunal de Justiça, para comercialização de produtos artesanais produzidos por mais de 150 grupos e coletivos.

Proposta: Promoção da inclusão produtiva de mulheres atendidas pelo Centro Especializado de Atendimento à Mulher – Benvinda, inclusive na consolidação da parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SMDE) para a intermediação das vagas de trabalho e qualificação profissional disponibilizadas pelo Sine.

Proposta: Promoção de oferta continuada de educação em Direitos Humanos e Cidadania. Essa oferta será expandida, adequada às novas tecnologias experimentadas no contexto da pandemia da covid-19, e consolidada em um Programa de Educação em Direitos Humanos de Belo Horizonte – DHBH.

Proposta: Fortalecimento da promoção dos direitos das mulheres, conforme os compromissos assumidos em 2017, junto à ONU Mulheres, de construir uma Cidade 50-50, a partir do Plano Municipal de Equidade de Gênero. Foram mapeadas iniciativas de curto, médio e longo prazos, que dialogam com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Proposta: Ampliação da inclusão de pessoas com deficiência, com base no Plano Municipal de Políticas para Pessoas com Deficiência, lançado em 2019. A integração de várias áreas de governo propicia inovações em várias frentes para esse público, de forma a tornar os serviços municipais de fato acessíveis e universais.

Proposta: Fortalecimento de políticas públicas que promovam envelhecimento digno e qualidade de vida às pessoas com mais de 60 anos. É preciso definir o Plano Municipal de Políticas para Pessoa Idosa, garantindo, entre outras estratégias, a articulação do poder público com os fóruns regionais da pessoa idosa.

Proposta: Ampliação do apoio aos grupos de convivência de pessoas idosas, por meio da realização da Rede de Empoderamento Comunitário da Pessoa Idosa (RECICLE).

Proposta: Desburocratização do acesso ao Programa Meio Passe Estudantil. Essa é uma importante oferta aos estudantes do Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos, com garantia de metade dos valores da passagem de ônibus para o deslocamento entre a casa e a escola.

Desafio: O envolvimento da sociedade na resolução das questões de violações e na promoção de cidadania é fundamental. As estratégias de políticas públicas, em especial na garantia de direitos humanos, tendem a ser mais assertivas quanto maior e mais transparente for o diálogo.

Proposta: Consolidação de um calendário de promoção e defesa dos direitos de cidadania na cidade. A ampliação da visibilidade de datas comemorativas traz importantes discussões para a arena pública e é uma oportunidade para contribuir com o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e que respeite a todas e todos.

Proposta: Ampliação dos investimentos no Centro de Referência da Juventude (CRJ). A oferta será ampliada, impulsionada pelo fomento de atividades realizadas pelas juventudes. O equipamento passará a contar com estúdio multimídia e de cozinha escola, possibilitando a oferta de cursos de qualificação profissional.

Proposta: Consolidação do Observatório de Direitos Humanos da cidade. A demanda por transparência e monitoramento das políticas públicas de Direitos Humanos e Cidadania tem sido crescente e a conclusão do Observatório, iniciado em 2019, é de suma importância.

Proposta: Avanço na participação da sociedade na formulação de políticas públicas. O mais importante é, além da manutenção de espaços de participação como os Conselhos, o protagonismo para a realização das Conferências Municipais, assumindo, inclusive, destaque nos cenários estadual e federal, trabalho que não pode parar.

Proposta: Qualificação da gestão dos recursos do Fundo Municipal de Direitos das Crianças e Adolescentes e Fundo Municipal do Idoso. A execução orçamentária, em 2019, por exemplo, foi superior a R\$ 11 milhões. O tempo médio para efetivação das parcerias foi reduzido em mais de três meses e, para a próxima gestão, novas estratégias

de desburocratização estão na pauta, como os processos de análise e seleção de propostas.

Desafio: O aprofundamento da crise econômica que assola o país amplia a cada ano o número de pessoas em situação de vida nas ruas. É um tema multifacetado, ligado à crise econômica e a consequente falta de emprego, ao déficit estrutural de educação, a conflitos domésticos, perda de vínculos, à dependência química, enfim, a múltiplos fatores que fazem com que essas pessoas padeçam de um conjunto de direitos que se encontram no entorno da moradia digna.

Proposta: Ampliação das possibilidades de inclusão social de pessoas em situação de rua pela via do emprego para além do programa “Estamos Juntos”, que tem por objetivo fundamental a intermediação de vagas de emprego por parte da prefeitura. A ideia é ampliar as possibilidades de essas pessoas encontrarem uma saída digna da trajetória nas ruas, por meio de qualificação e emprego, para além do acesso aos abrigos e demais serviços de assistência social e saúde já ofertados na retaguarda.

Desafio: Ampliar a atuação do SUAS/BH em territórios de maior incidência de risco social e pessoal, avançando na oferta de serviços nos territórios de maior vulnerabilidade social (vilas, favelas e ocupações).

Proposta: Conclusão da descentralização do Cadastro Único, chegando a 100% dos CRAS. Essa descentralização poderá ser concluída, uma vez que agora todos os CRAS têm internet com fibra óptica e os insumos necessários.

Proposta: Aperfeiçoamento das novas metodologias e tecnologias assistivas de convivência, apoiando as famílias no convívio e na proteção das crianças, dos adolescentes, das juventudes, das pessoas

idosas, das pessoas com deficiência, desenvolvidas no contexto da pandemia da covid-19, o que será prioridade. Ainda, deve-se buscar o aprimoramento e a qualificação da Central de Atendimento do SUAS/BH, por meio do 0800, que permitirá a ampliação da proteção social pública para a população mais vulnerável e/ou que vivenciam violação de direitos e violência.

Proposta: Ampliação do trabalho social junto às famílias que vivem nos territórios de maior vulnerabilidade e risco social e pessoal, pela proteção social básica, com a ampliação de CRAS e, conseqüentemente, o acompanhamento às famílias mais vulneráveis pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e Programa Maior Cuidado.

Proposta: Avanço na oferta das ações do Programa “Acessuas Trabalho” nos territórios mais vulneráveis, facilitando o acesso de adolescentes, juventudes e adultos em oportunidades de desenvolvimento profissional, trabalho e renda.

Desafio: Fortalecer e qualificar serviços, programas, projetos e benefícios voltados para os públicos mais vulneráveis e que vivenciam violações de direitos e violência, ampliando a capacidade protetiva do SUAS/BH, potencializando e qualificando os diálogos do SUAS com os Sistemas de Justiça e de Garantia de Direitos.

Proposta: Avanço na proteção de crianças e adolescentes com medidas protetivas aplicadas pela Justiça, vítimas de violências ou negligências, com a ampliação de iniciativas inovadoras, como os programas Família Extensa Guardiã (PROFEG) e Família Acolhedora. Ambos os programas visam ao acolhimento familiar temporário de crianças vítimas de violência ou negligência em famílias habilitadas, até que seja possível o retorno às famílias de origem, evitando, assim, o acolhimento em abrigos.

Proposta: Inovação no atendimento a pessoas com deficiência, pessoas idosas e suas famílias. Ação inédita, criada em 2018, o Serviço de Proteção Social Especial no Domicílio precisa se consolidar e avançar. Essa provisão garante atendimento, cuidado e proteção social pública, no lar, a beneficiários(as) e suas famílias, especialmente aquelas com algum grau de dependência e/ou violação de direitos. Uma política que não pode recuar, especialmente no contexto da pandemia da covid-19, já que há beneficiários(as) que vivem sozinhos(as).

Proposta: Fortalecimento dos programas voltados ao atendimento às pessoas idosas, como o Programa Maior Cuidado, potencializando e qualificando a recente expansão à totalidade dos territórios dos CRAS.

Proposta: Conclusão do reordenamento dos serviços do CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), contribuindo para o serviço prestado às quase 12 mil famílias acompanhadas. Com o objetivo de garantir atenção especializada a pessoas e famílias que vivenciaram situação de violação de direitos, violência ou negligência, o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado (PAEFI) ganhou novos contornos desde 2017, o que deve seguir avançando. O mesmo aconteceu com o atendimento aos quase mil adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto (liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade), que tiveram mais acesso às políticas de esportes, educação, qualificação profissional e trabalho protegido. As ações estratégicas, inovadoras e consistentes também devem seguir sendo desenvolvidas para enfrentamento ao trabalho infantil, especialmente nas ruas, e ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Proposta: Ampliação da capacidade protetiva do SUAS/BH para proteção social à população em situação de rua ou com trajetória de vida na rua. É preciso fazer mais, criar novas oportunidades e manter o ritmo de ampliação da política de assistência social, do SUAS/BH e

das demais áreas de políticas públicas, como a saúde, habitação e trabalho. Ainda, continuaremos inovando em estratégias, metodologias e tecnologias, ampliando as equipes com profissionais da arte educação e educadores pares (pessoas com trajetória de vidas nas ruas).

Proposta: Instituição do Selo SUAS/BH: Mais Proteção Social. Valorização ainda maior da parceria com as entidades e organizações de assistência social. O aprimoramento das parcerias será prioridade, inclusive com reforço do assessoramento técnico. O apoio à formação das áreas de recursos humanos das parceiras também será ampliado, por meio de cursos, supervisão técnica e apoio técnico para os gestores e trabalhadores.

Desafio: Dar continuidade a uma gestão participativa, com o investimento no conselho municipal, conselhos regionais e comissões locais de Assistência Social, além de outras instâncias de participação e discussão da política de Assistência Social e interface com o Sistema de Justiça e de Garantia de Direitos.

Proposta: Garantia da realização de duas conferências municipais, com etapas regionais e temáticas, dando continuidade e fomentando a gestão democrática e participativa, com o investimento no controle e na participação social, em especial de trabalhadores e usuários. Colaborar com a ampliação das CLAS (Comissões Locais de Assistência Social) e fortalecimento dos Conselhos Regionais.

Proposta: Manutenção e aperfeiçoamento da atuação do Núcleo Municipal de Educação Permanente e da Mesa Municipal de Gestão do Trabalho, no âmbito do SUAS/BH, com a continuidade da implantação do Plano Municipal de Educação Permanente para os trabalhadores da rede pública e privada, por meio das ações de capacitação e formação, inclusive supervisão e apoio técnico.

Proposta: Ampliação da atuação da Mesa de Diálogos do SUAS com o Sistema de Justiça e o Sistema de Garantia de Direitos, ampliando a participação de instituições, órgãos públicos, fóruns e da rede SUAS, dando continuidade à construção de protocolos e definições coletivas para a superação de desafios que ainda existem na execução dos serviços e benefícios socioassistenciais. **K**

ESPORTES E LAZER

A política municipal de esportes e lazer tem por finalidade apoiar, desenvolver e incentivar as práticas esportivas e de lazer no município de Belo Horizonte. Para atender as expectativas e especificidades de cada região da cidade, propõe atividades recreativas e de lazer e disponibiliza a infraestrutura necessária para a prática da atividade física.

Centenas de equipamentos esportivos estão distribuídos pela cidade e são abertos ao público: quadras esportivas, campos de futebol, ginásios, pistas de skate e academias a céu aberto. O objetivo é democratizar o acesso e atender toda a população. O incentivo à prática da atividade física e do lazer também se faz presente na estratégia de fechamento de praças e vias públicas ao trânsito nos domingos. Com o Programa BH é da Gente e o Projeto No Domingo a Rua é Nossa, atendemos atualmente a dez diferentes locais da cidade.

Em 2018, a capital mineira ficou classificada em 2º lugar na primeira edição do “Ranking das Capitais Brasileiras Amigas da Atividade Física”, criado pela revista “Saúde”, da Editora Abril, em parceria com pesquisadores da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR).

PROPOSTAS PARA A ÁREA DE ESPORTES E LAZER

Desafio: O município dispõe de 79 campos de futebol de várzea. Esses espaços democráticos são muitas vezes os principais espaços de lazer das comunidades do entorno e mantêm viva a cultura do futebol amador. Contudo, o custeio e as melhorias necessárias nessas estruturas esportivas são dispendiosos para o município e para as entidades esportivas que as utilizam. Com o Projeto Várzea Viva, já implantado em quatro campos, avançamos com um novo modelo de gestão, mas há ainda uma grande quantidade de campos que demandam a atenção do poder público.

Proposta: Ampliação do Projeto Várzea Viva. O projeto é executado por meio da cessão de uso dos campos a parceiros responsáveis por investimentos e manutenção. Por meio de processo licitatório, eles promovem, em contrapartida, a instalação de grama sintética, iluminação LED e construção de vestiários, sendo a média de investimento de 1 milhão de reais por campo. A manutenção dos espaços também fica a cargo do ente privado, que deverá, ainda, de forma gratuita, garantir horários para os programas da Prefeitura e para as atividades de cunho social da comunidade. Esse é um projeto inovador desta gestão e a proposta para o próximo período é a implementação em outros campos da cidade, estando condicionada ao diálogo com a comunidade e ao interesse de novos parceiros.

Desafio: Criar formas de gestão descentralizada e mais adequada à vasta estrutura de esportes e lazer da cidade, como tem sido feito nos últimos anos. Além dos campos de várzea, Belo Horizonte possui também 185 equipamentos esportivos, como quadras, ginásios e espaços esportivos.

Proposta: Ampliação do Programa Polo Regional de Esporte e Lazer. Por meio de chamamento público, fazendo uso do Marco Regulatório da Sociedade Civil (MROSC), será realizada uma parceria com uma entidade da sociedade civil selecionada. A esta caberá realizar reformas de engenharia civil e a animação do espaço, com a contratação de professores e compra de material esportivo. Essa parceria visa implementar um modelo de gestão compartilhada e atender a diversos públicos (crianças, jovens e adultos), com atividades diversificadas de esportes e lazer, como futsal, basquete, handebol, ginástica rítmica, judô, caminhada e ginástica para a terceira idade. A ocupação do espaço com atividades esportivas inibe a prática criminosa e a depredação. Esse é outro projeto inovador desta gestão, que vem se apresentando como solução para o problema de reforma e manutenção dos equipamentos públicos, bem como para a ampliação da capacidade de atendimento.

Desafio: Nas últimas décadas, a população vem adotando hábitos de vida cada vez mais sedentários, inclusive em seu tempo livre. Em Belo Horizonte, quase metade dos adultos são sedentários ou insuficientemente ativos. Nesse cenário, é de suma importância atuar na facilitação ao acesso e no fomento à adesão a atividades físicas e de lazer, para, de forma democrática e gratuita, considerando todas as faixas etárias, para reduzir os custos sociais e econômicos do sedentarismo.

Proposta: Ampliação do Programa BH é da Gente. Além da ampliação desse programa, outras ações propostas são o maior fomento à prática de atividade física, como, por exemplo, caminhadas e os passeios ciclísticos, e ampliação do Programa Caminhar. **K**

SEGURANÇA E PREVENÇÃO

Muitos são os desafios considerados em relação à segurança em Belo Horizonte. Ainda assim, os números da criminalidade violenta em Minas Gerais mostram a capital como protagonista na redução do índice no Estado. A atuação da Guarda Civil Municipal de Belo Horizonte (GCMBH) tem contribuído diretamente para esse desempenho, já que a instituição é responsável pelo patrulhamento preventivo de forma contínua nos locais de maior incidência de crimes e violência, com o objetivo de modificar seus fatores motivantes, bem como na preservação de prédios e espaços públicos e de seus frequentadores.

No âmbito da Política de Prevenção, são definidas e realizadas ações em territórios mais vulneráveis da cidade, no intuito de intervir na realidade social antes que o crime aconteça. A proximidade do poder público nessas áreas, principalmente com o envolvimento de jovens, possibilita o acolhimento e a orientação a essa população, além do entendimento das demandas sociais e comunitárias para ações mais efetivas.

O Centro de Operações de Belo Horizonte (COP-BH) também se insere nessa política, no sentido de possibilitar a atuação integrada de diversas instituições municipais e estaduais para a prevenção de crises urbanas e gerenciamento de eventos de grande impacto na cidade.

PROPOSTAS PARA A ÁREA DE SEGURANÇA E PREVENÇÃO

Desafio: Fortalecer e qualificar programas e serviços de segurança e prevenção, com ampliação da atuação em territórios da cidade, priorizando áreas de maior vulnerabilidade social, e promovendo melhor articulação e integração intersetorial.

Proposta: Ampliação do efetivo da guarda, com a nomeação dos novos guardas civis aprovados no concurso da Guarda Civil Municipal de Belo Horizonte realizado em 2020, mas não efetivado em função da covid-19.

Proposta: Expansão da política de prevenção social à criminalidade, a partir da elaboração de estudos e diagnósticos dos fatores de vulnerabilidade social presentes nos territórios, orientando o desenvolvimento de planos locais de prevenção social à violência e à criminalidade. Articulação e constituição de redes locais de proteção social, buscando a otimização de espaços comunitários e das políticas intersetoriais já realizadas no território, promovendo a consolidação de um espaço urbano seguro.

Proposta: Implantação de unidade de combate a crimes ambientais urbanos na GCMBH, favorecendo a atuação especializada e integrada junto ao Ministério Público, Polícias Civil e Militar, no intuito de combater crimes ambientais, tais como perturbação do sossego, invasões de propriedades, descarte de lixo em locais inadequados, maus tratos aos animais, pichações e depredações do patrimônio.

Proposta: Potencialização da participação efetiva dos diversos atores do setor público e da sociedade civil na consolidação e gestão de um Fundo Municipal de Segurança Pública e Defesa Social, captando recursos junto aos entes federados e à sociedade civil, de acordo com diretrizes da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, instituídas pela Lei Federal nº 13.675/2018.

Desafio: Consolidar e implantar novos recursos tecnológicos, potencializando a gestão de dados que embasam os programas de segurança e prevenção na capital. Tais recursos são essenciais para maior assertividade na tomada de decisões e para integração e alinhamento com todas as instituições envolvidas.

Proposta: Implantação de sistema integrado de radiocomunicação digital, que possibilitará a comunicação operacional integrada entre a Guarda Civil Municipal, a Fiscalização, o SAMU e a BHTrans, facilitando a atuação conjunta e permitindo a localização em tempo real das viaturas e dos agentes, por meio de GPS.

Proposta: Conclusão da implantação de uma plataforma tecnológica integradora no Centro de Operações da Prefeitura de Belo Horizonte – COP-BH, proporcionando a tomada de decisões coordenadas, direcionando em tempo real as diversas equipes e seus respectivos recursos para a solução de problemas.

Proposta: Implantação de sistema de compartilhamento de imagens no COP-BH. Assim, além das mais de 1.800 câmeras instaladas pelo poder público e utilizadas atualmente no monitoramento da cidade, o COP-BH passará a contar também com as câmeras e sensores instalados pelo próprio cidadão, cujas imagens poderão ser disponibilizadas por meio de uma plataforma colaborativa de monitoramento, am-

pliando a cobertura da cidade e aprimorando as respostas às diversas situações de segurança e desordem pública.

Proposta: Somados às expansões das câmeras e sensores de monitoramento, serão incorporados recursos tecnológicos no Centro de Operações da Prefeitura – COP para combater pichação, invasão, dentre outros. **K**

CULTURA

A política municipal de cultura busca garantir os direitos culturais e fortalecer a cultura de Belo Horizonte em suas dimensões simbólica, econômica e cidadã, entendendo a cultura como dimensão estratégica para o desenvolvimento integral e plural da cidade e como parte constitutiva de sua memória e identidade. As prioridades da área são definidas mediante ampla participação social, sempre em diálogo com todos os setores, incluindo a iniciativa privada e a sociedade civil, e estão articuladas no Plano Municipal de Cultura (PMC), que é o instrumento orientador dessas políticas da cidade, organizando e norteando a execução das ações locais.

PROPOSTAS PARA A ÁREA DE CULTURA

Desafio: Economia e sustentabilidade do setor cultural. Belo Horizonte é caracterizada por ser uma cidade de serviços e, eminentemente, cultural. Cabe ao poder público estabelecer uma agenda de estímulo ao setor, através de uma política contemporânea e diversificada de mecanismos indutores desta economia.

Proposta: Consolidação de uma agenda voltada ao desenvolvimento e estímulo da Economia da Cultura na cidade, através da criação de um ambiente de negócios amigável e promovendo mais agilidade.

Proposta: Fortalecimento da política e de ações de fomento (editais e Lei de Incentivo), reformulando as exigências e a burocracia para o acesso cada vez mais amplo e descentralizado, mas também desenvolvendo uma política cada vez mais ajustada a realidades e complexidade do campo da cultura.

Proposta: Incremento das políticas e ações de formação teórica e profissionalizante, por meio da Escola Livre de Artes e do Núcleo de Produção Digital, de forma a beneficiar especialmente os artistas e os técnicos das periferias, dos aglomerados e dos grupos e coletivos independentes da cidade, de forma complementar aos processos educacionais.

Desafio: Cultura e cidadania. Aprofundar de forma contundente a descentralização das atividades culturais e ocupar o território da cidade de maneira a democratizar cada vez mais o acesso da população à cultura no município.

Proposta: Implementação de ações de reconhecimento e fomento aos pontos de cultura presentes em toda a cidade, como forma de garantir a perpetuação de iniciativas culturais tradicionais, assim como das urbanas e contemporâneas.

Proposta: Ampliação de espaços e incentivos às juventudes da cidade, entendendo a diversidade e a pluralidade dessa faixa etária e suas múltiplas manifestações e potências.

Proposta: Ampliação e fortalecimento do Circuito Municipal de Cultura, ofertando programação de qualidade para toda a cidade.

Proposta: Fortalecimento dos Centros Culturais como estrutura capilar, descentralizada das políticas culturais municipais, dotando-as de melhores condições tecnológicas para funcionarem como “portas de entrada” e polos de produção e criação para os grupos e artistas iniciantes ou não, além de espaços de incentivo à formação, indo além da função desenvolvida hoje por eles.

Desafio: Cultura de BH do mundo e para o mundo. Fomentar e apoiar a produção artística local e dar prosseguimento aos trabalhos já desenvolvidos, buscando a projeção dos artistas da cidade, talentos que atuam em diversos setores artísticos, no cenário nacional.

Proposta: Ampliação do incentivo e do apoio à pluralidade das expressões culturais, das manifestações consideradas eruditas, das tradições musical e literária às manifestações populares e tradicionais,

dando espaço e incentivo a todas elas, tanto no plano local quanto nacional, contribuindo assim também para a internacionalização da cidade. Fortalecimento e melhora das condições técnicas de espaços de difusão e guarda de acervo dessas manifestações, como museus, bibliotecas e salas de espetáculos.

Proposta: Manutenção e fortalecimento dos festivais (FIT, FAN, FLI, etc.), reformulando-os como plataformas estratégicas para o apoio e incentivo à arte produzida na cidade e sua conexão com o país e o mundo, adequando-os ao cenário de dificuldades da produção local no pós-pandemia.

Proposta: Políticas para todas as linguagens artísticas, que são plurais: avançar na consolidação de políticas específicas para as linguagens artísticas, de forma ampla (do erudito ao popular), articulando desde a formação e criação, até a sua internacionalização. integrando os diversos projetos e ações da PBH e sociedade civil.

Proposta: Consolidação da *Belo Horizonte Film Commission* como agente facilitador das filmagens na cidade, atraindo produções audiovisuais, gerando negócios e empregos e projetando Belo Horizonte para o mundo por meio das mais variadas telas do audiovisual.

Desafio: Patrimônio Cultural. Atuar para garantir o fortalecimento da memória e do patrimônio cultural da cidade, incluindo a salvaguarda do patrimônio imaterial. Estabelecer, assim, o patrimônio de Belo Horizonte como relevante ativo cultural e econômico.

Proposta: Avançar na conjugação e harmonização dos projetos e ações da política urbana e a defesa do patrimônio histórico e cultural.

Proposta: Manutenção e aprofundamento do projeto de preservação do Conjunto Arquitetônico da Pampulha, patrimônio mundial, de forma integrada com o conjunto da prefeitura e avanço na concretização das medidas previstas no calendário de preservação.

Desafio: Cultura como direito à cidade. Articular as políticas públicas, tendo como norte uma cidade viva, alegre e possível. Atuar no sentido de compreender e possibilitar o uso dos espaços públicos e as diversas manifestações culturais como pilares para o direito à cidade e à construção de cidadania.

Proposta: Fortalecimento dos canais de diálogo e participação plural do setor cultural nas políticas e ações, de uma maneira compartilhada e efetiva, sem exclusivismo de qualquer tipo. **K**

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

As políticas relativas à promoção e ao fomento da indústria, do comércio, dos serviços para a gestão e o desenvolvimento de sistemas de produção, transformação, expansão e distribuição são atribuições do município, que trabalha em sintonia com as entidades representativas do setor empresarial, visando apoiar as iniciativas voltadas para seu desenvolvimento econômico. Além disso, foca-se em um constante diálogo com as organizações não governamentais, nacionais e internacionais, visando à cooperação técnica, financeira e operacional de interesse da cidade.

Coordena-se também importantes ações de apoio ao empreendedorismo, visando à criação de novas oportunidades para o exercício da atividade econômica de forma regular, que contribui para ampliar a inclusão social e econômica e, por consequência, reduzir as desigualdades. Com relação aos pequenos negócios, a criação de novos Microempreendedores Individuais (MEIs) tem se mantido positiva nos últimos três anos, o que demonstra que BH tem um ambiente favorável ao exercício de atividades empreendedoras.

Outro vetor do desenvolvimento econômico do município é o turismo. Essa política tem como objetivo promover os recursos turísticos da cidade nos mercados estadual, nacional e no exterior, além de fomentar sua comercialização pela iniciativa privada. Além disso, busca promover eventos culturais, artísticos e sociais que atendam à demanda de recreação e lazer do município.

O turismo e suas atividades vinculadas correspondem a cerca de 10% dos empregos formais (2018). Um setor econômico de relevância que, além de gerar receitas e atrair investimentos, tem como base de trabalho a valorização da nossa cultura e patrimônio. Desenvolvido de forma sustentável e responsável, com pesquisas, uso inteligente de dados e aliado a tecnologias avançadas e inovação, pode ajudar a acelerar a retomada da economia após a crise provocada pela pandemia do novo coronavírus.

Belo Horizonte possui um setor estruturado e atrativos reconhecidos internacionalmente, como o Conjunto Moderno da Pampulha e, mais recentemente, a nossa rica gastronomia, que abrange ainda produtos como cervejarias e cachaçarias artesanais. A cidade também é reconhecida por seus eventos urbanos, como o Arraial e o Carnaval, que apresentou crescimento exponencial nos últimos quatro anos, com incrementos de investimentos privados e ampliação do fluxo de turistas. Outro fator de sucesso é o ecossistema de inovação que abriga algumas das mais importantes *startups* e *travel techs* do Brasil. Esse conjunto de fatores eleva o potencial do setor turístico da cidade, que passa pelo turismo cultural, de negócios, gastronômico, além de outros nichos de mercado, como arquitetura, moda e outros campos da economia criativa. Para explorar suas oportunidades, é necessário dar continuidade e implementar novas políticas públicas que garantam a qualificação, estruturação e promoção do setor.

PROPOSTAS PARA A ÁREA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

As propostas aqui presentes visam delinear um grande programa que terá por finalidade o desenvolvimento econômico da cidade, com o objetivo da criação de empregos na capital: BH Mais Empregos. As propostas envolvem desburocratização para a criação e funcionamento das empresas, capacitação da população mais vulnerável, projeção internacional da cidade, visando aos novos negócios e ao desenvolvimento por meio do turismo, fomentando os eventos e nossa gastronomia.

MELHORIA DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E CRIAÇÃO DE EMPREGOS

Desafio: A Prefeitura de Belo Horizonte foi pioneira ao implementar resposta automática na consulta que informa se a atividade econômica pretendida pode ou não ser exercida em um determinado local. Além da viabilidade, muitos avanços foram sendo implementados com o objetivo de avaliar previamente a abertura da empresa, sob a ótica de seus impactos urbanísticos, ambientais e sanitários. No entanto, tais consultas ainda são realizadas em sistemas distintos e obedecem muitas vezes a legislações dispersas. Percebe-se, portanto, a necessidade de fornecer todas as informações necessárias à abertura de um negócio em uma única consulta on-line, de forma imediata, para facilitar a tomada de decisão de quem deseja empreender.

Proposta: Simplificação, com um único ato normativo, de todas as regras que regem o exercício de atividades econômicas no município de Belo Horizonte, a partir da natureza econômica categorizada na Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE.

Proposta: Desenvolvimento de consulta on-line e automática, que forneça todas as informações necessárias à abertura de um negócio, seja ele qual for, com respostas parametrizadas para cada natureza econômica categorizada na Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE.

Desafio: Além do registro no município, por meio da obtenção da Inscrição Municipal, existem diversos tipos de Licenças Municipais que podem ser exigidas para permitir a abertura e o funcionamento das empresas, mediante o cumprimento de condições expressas nas respectivas licenças. Dessa forma, para formalizar plenamente suas atividades, um empreendedor precisa obter diversos documentos da Prefeitura de Belo Horizonte. A maior parte desses documentos já pode ser emitida pela internet e até no mesmo *website*, contudo, são emitidos em sistemas distintos e com conteúdo não padronizado.

Proposta: Unificação do processo de obtenção do registro e dos licenciamentos municipais, para que o empreendedor possa realizar a apresentação de todos os requisitos necessários ao funcionamento de uma empresa de uma única vez à Prefeitura de Belo Horizonte.

Proposta: Concessão de todas as permissões necessárias em um documento municipal único, emitido de forma on-line e, quando dispensado de vistoria, de forma imediata.

Desafio: A prefeitura vem, ao longo dos últimos anos, implementando diversas medidas de simplificação e desburocratização dos serviços públicos destinados a empresários e cidadãos. Uma dessas ações consistiu em definir um rol de atividades econômicas de baixo risco que dispensam a concessão de qualquer tipo de alvará e licença para o início de seu funcionamento, favorecendo, assim, a liberdade econômica. Para essas atividades, o empresário pode realizar o registro da empresa e iniciar o seu funcionamento imediato. Entretanto, é importante ampliarmos essa medida para outras atividades.

Proposta: Ampliação do rol de atividades econômicas de baixo risco que dispensam a exigência de alvarás e licença para o seu funcionamento e, assim, agilizar drasticamente a liberação para operação de inúmeras empresas.

Desafio: Recuperação e reocupação de áreas degradadas para o desenvolvimento da economia e, também, que demandam uma melhoria do ambiente de negócios para que as empresas e profissionais possam prosperar.

Proposta: Ampliação do movimento Horizonte Criativo para o Baixo Centro até a Praça 7, seguindo as sinergias com as unidades de vizinhança qualificadas, trazidas pelo Plano Diretor.

DESENVOLVIMENTO PARA GERAÇÃO DE EMPREGOS POR MEIO DA INCLUSÃO SOCIAL E DIGITAL

Desafio: Promover a inclusão digital de grupos vulneráveis da sociedade, especialmente de vilas e favelas, a fim de conectar essas pessoas à internet de forma mais democrática e de disponibilizar fer-

ramentas necessárias para a busca de capacitações e acesso ao trabalho mais qualificado.

Proposta: Ampliação do acesso gratuito à internet com a expansão dos pontos de acesso (*hotspots wi-fi*). O total de pontos com acesso gratuito à internet saltou de 52 para 495 até junho de 2020, com foco principalmente no atendimento à população de vilas e favelas que passou de 49 para 95 pontos de *hotspot*. Além disso, houve o fortalecimento dos mais de 300 Telecentros espalhados pela cidade que possibilitarão o acesso à internet e às capacitações pelos mais diversos atores.

Desafio: Belo Horizonte possui um déficit de programadores para atender ao mercado da capital. Embora seja uma oportunidade de emprego evidente, a cidade não tem conseguido fornecer a mão de obra às empresas e a qualificação a quem precisa trabalhar.

Proposta: Ampliação do projeto de formação em programação da Pro-dabel por meio da criação de espaços descentralizados em Belo Horizonte e no estabelecimento de parcerias com escolas de formação.

Proposta: Ampliação do Programa Programando Sonhos Delas, versão exclusiva para o público feminino da formação em computação. A iniciativa teve altíssima adesão em 2019, recebendo destaque internacional.

Desafio: Estimular a atividade econômica e a geração de emprego e renda, de forma a conter os impactos do desemprego gerados na pandemia de covid-19, visando à inclusão social de grupos vulneráveis da sociedade, especialmente mulheres periféricas, jovens e empreendedores de vilas e favelas.

Proposta: Fomento da capacidade produtiva das comunidades de vilas e favelas, redirecionando-as para o empreendedorismo e *e-commerce*, através dos programas de capacitação ofertados pela Proda-bel, Sala do Empreendedor e demais parceiros da Prefeitura.

Proposta: Oferecimento, para feirantes membros da Economia Solidária, de espaços adicionais de venda de seus produtos, em áreas da cidade, feiras e espaços da Prefeitura, garantindo acesso a mercado e oportunidade de trabalho digno.

PROJEÇÃO INTERNACIONAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

Desafio: Projetar e promover Belo Horizonte internacionalmente para seu desenvolvimento econômico.

Proposta: Prospecção com consulados, câmaras de comércio, organizações internacionais, empresas e entes que tenham interesse em investir e em se instalar em Belo Horizonte.

Proposta: Execução de acordos de cooperação técnica e financeira bilaterais e multilaterais com governos e organismos internacionais para a troca de experiências, conhecimento, tecnologias e boas práticas; participação em redes e associações internacionais de governos subnacionais; elaboração de mapa de oportunidades e banco de projetos para facilitação ao acesso a fundos, prêmios e financiamentos internacionais; e mapeamento de potenciais novas oportunidades, parceiros e mercados.

Proposta: Promoção de Belo Horizonte como Cidade da Gastronomia, por meio da qualidade de seus produtos e sob a chancela da UNESCO, que nos conferiu a titulação de “Cidade Criativa” neste ramo de atividade.

Proposta: Incentivo a cadeias produtivas relacionadas à Economia Circular e Criativa através de uma fábrica compartilhada para a Economia Criativa, no setor de moda e design com modelo de compartilhamento produtivo.

PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO E EMPREGO POR MEIO DO TURISMO

Desafio: Ampliar a promoção do destino Belo Horizonte Surpreendente, especialmente nos mercados regional e nacional, estimulando o aumento do fluxo de turistas e buscando colocar a cidade entre um dos importantes e inovadores destinos turísticos brasileiros.

Proposta: Ampliação do investimento em promoção da cidade, com foco nos mercados prioritários, fortalecendo os canais oficiais, como o Portal Belo Horizonte, e através de tecnologias e conteúdos inovadores que atinjam o público de maneira segmentada, engajando também os moradores.

Proposta: Estruturação de ações para que o munícipe tenha acesso e conheça os principais produtos, experiências e serviços turísticos da cidade, formando, assim, agentes capazes de disseminar as potencialidades e riquezas de Belo Horizonte.

Proposta: Estruturação e desenvolvimento de produtos e territórios do turismo, de forma a incrementar a oferta e estimular o aumento da taxa de permanência no destino, articulando ações integradas de promoção e *marketing*, com municípios do entorno, para fortalecer a atratividade regional da capital, criando condições favoráveis à sua comercialização por agentes e operadores.

Proposta: Ampliação da relação com o mercado, além de investir na qualificação e formação de agentes do turismo.

Proposta: Apresentação, de forma qualificada, do destino Belo Horizonte e seu posicionamento nas principais feiras e eventos nacionais e internacionais, apoiando o empresariado local na geração e promoção de novos negócios.

Proposta: Valorização da orla da Lagoa da Pampulha, dotando-a de mobiliário urbano adequado à fruição das atividades cultural, turística e de lazer, qualificando o entorno do Conjunto Moderno da Pampulha, que detém o título de Patrimônio Cultural da Humanidade da UNESCO.

Proposta: Aprimoramento do monitoramento de indicadores turísticos vinculados aos ODS (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável) e desenvolvimento de um Sistema de Inteligência Turística através de ferramentas de monitoramento on-line (redes sociais, plataformas de OTAs e operadoras telefônicas), que permitam uma melhor compreensão dos impactos da atividade e da jornada dos turistas de Belo Horizonte e entorno, desde o momento de interesse pelo destino até o fim da viagem.

Desafio: Fortalecer a imagem de Belo Horizonte como a cidade dos eventos, sejam eles culturais, de entretenimento, negócios ou técnico-científicos, promovendo a integração do setor turístico e a geração de novos negócios para tornar o destino mais competitivo.

Proposta: Elaboração, gerência e promoção do calendário anual de eventos da cidade, disponibilizando a oferta de forma organizada e em canal único.

Proposta: Incentivo à realização de eventos que gerem fluxo turístico para a cidade, por meio da continuidade de políticas de fomento,

como editais, e articulação entre as secretarias, contribuindo para a viabilidade de sua execução e estimulando a competitividade de Belo Horizonte na captação de eventos.

Proposta: Ampliação da governança e da presença, nacionalmente, em articulações, debates e em espaços decisivos no âmbito da realização de grandes eventos, tais como o Carnaval, contribuindo também na elaboração e implementação de protocolos para a realização de tais eventos na cidade, de forma pioneira e atrativa, em conjunto com a SMSA.

Proposta: Aprimoramento e fortalecimento dos eventos oficiais da cidade, como Carnaval, Arraial e outros grandes eventos com potencial turístico, buscando a melhoria contínua da gestão e integração, através da interlocução com seus atores e investimento na qualificação e formação empreendedora dos mesmos, visando, sobretudo, à oportunidade de criação de empregos.

Desafio: Desenvolver e promover a gastronomia, utilizando seu potencial como atividade indutora do turismo e de outros serviços, tendo em vista o impacto gerado pela pandemia, para aumentar a competitividade de Belo Horizonte e posicioná-la como um destino turístico gastronômico no cenário nacional.

Proposta: Implementação do Programa Municipal de Turismo Gastronômico, essencial para manutenção do título da UNESCO e para a permanência na Rede de Cidades Criativas, promovendo a integração com outros setores e articulando ações transversais de inovação e sustentabilidade, que permitam fortalecer a imagem do destino turístico de Belo Horizonte.

Proposta: Fomento do desenvolvimento e estruturação de produtos e roteiros turísticos do segmento da gastronomia e cervejas artesanais,

de forma complementar a produtos já consolidados e de outros segmentos da cadeia produtiva do turismo da RMBH.

Desafio: Qualificar a prestação de serviços turísticos da cidade e a sua mão de obra relacionada, de forma a promover maior profissionalização da atividade turística e criar condições favoráveis de operação de serviços seguros e sustentáveis.

Proposta: Promoção de parcerias necessárias à estruturação de um programa de qualificação da mão de obra dos serviços relacionados à atividade turística, estruturando uma plataforma para acesso a conteúdo programático de cursos e capacitações, que otimize gastos e promova maior alcance.

Proposta: Estruturação de programa com ações de infraestrutura turística, sobretudo, relacionadas à mobilidade, que contribua para a fruição e visitação dos principais atrativos turísticos da cidade, contemplando também o desenvolvimento de guias virtuais e audioguias que valorizem o patrimônio arquitetônico de Belo Horizonte (Conjunto Moderno da Pampulha, Centro e Circuito Liberdade). **K**

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

A gestão municipal nesta temática tem por objetivo a conservação e a recuperação ambiental, além da melhoria da qualidade de vida dos habitantes da cidade, e é parte integrante da Política Urbana Municipal, que tem seus princípios definidos no Plano Diretor. O Plano Diretor reconhece o direito do cidadão a um meio ambiente ecologicamente equilibrado e tem na proteção ambiental uma de suas mais importantes metas, mediante o reconhecimento, a recuperação e a manutenção de áreas públicas ou privadas com atributos ambientais relevantes.

Cabe ao município coordenar a elaboração e execução da política de recursos hídricos e de proteção e preservação da biodiversidade, bem como coordenar e monitorar a política de educação ambiental. Entre as suas atribuições estão ainda as ações de controle ambiental e a elaboração de normas e padrões de proteção, conservação e melhoria do meio ambiente, observadas as legislações federal e

estadual. Também é sua responsabilidade o planejamento da política de enfrentamento às mudanças climáticas no município, além da coordenação de ações públicas voltadas à proteção e à defesa dos animais. Além disso, no que diz respeito à política de defesa da fauna, ressalta-se a articulação sistêmica entre as entidades governamentais e sociedade civil, organizada para a realização de projetos, orientações técnicas e sistematização de informações voltadas à proteção e à defesa dos animais que compõem a fauna urbana.

Em alinhamento aos princípios do desenvolvimento sustentável, também integram as políticas públicas de sustentabilidade urbana as ações de gestão de resíduos sólidos, que incluem desde os serviços básicos de limpeza urbana até os programas de coleta seletiva, destinação e tratamento dos resíduos sólidos gerados no município.



PROPOSTAS PARA A ÁREA DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Desafio: Aprimorar a governança ambiental municipal por meio da articulação das instituições governamentais com a sociedade civil, do planejamento e operacionalização das políticas ambientais e da conjugação de instrumentos informacionais, de controle e econômicos. Assim, traduzindo comportamentos sustentáveis que afetem a maneira como os interesses são exercidos nas relações da sociedade com o sistema ecológico.

Proposta: Organização de rede de informações ambientais aberta para a sociedade, abrangendo estatísticas, macroindicadores ambientais, entre outros dados sobre os recursos naturais.

Proposta: Desenvolvimento de alternativas para o controle da eficácia das medidas mitigadoras no licenciamento ambiental, sem prejuízo da eficiência no cumprimento de prazos legais do licenciamento por parte do Poder Público.

Desafio: Fortalecer as iniciativas que promovem a conservação e a ampliação da biodiversidade no ambiente urbano, compreendendo toda a variabilidade de organismos vivos e ecossistemas terrestres e aquáticos, bem como suas interações com o meio, com destaque para o papel desempenhado pela arborização urbana.

Proposta: Instituição de Plano Municipal de Biodiversidade, englobando o mapeamento, diagnóstico, metas e ações para os ecossistemas terrestres e aquáticos, com destaque para a gestão da arborização urbana de Belo Horizonte.

Proposta: Implantação do Sistema Municipal de Áreas Protegidas de Belo Horizonte - SMAP-BH, com objetivo de orientar, disciplinar e normatizar a gestão, o manejo e o uso das áreas verdes protegidas do município.

Proposta: Instituição do Plano Municipal de Mata Atlântica, de modo a normatizar, com participação social, os elementos necessários à proteção, conservação, recuperação e uso sustentável desse bioma. A cidade de Belo Horizonte possui apenas 7% remanescente de Mata Atlântica em sua vegetação.¹

Proposta: Ampliação, com base em diagnósticos, da revegetação, preservação e do monitoramento das áreas verdes públicas, bem como qualificá-las para o desempenho de sua função socioambiental. A recuperação de áreas degradadas pelo projeto Montes Verdes e a qualificação de áreas verdes pelos Sistemas Agroflorestais demonstraram resultados ecológicos e sociais expressivos, razão pelas quais se objetiva sua expansão.

Proposta: Ampliação da criação e da proteção de insetos benéficos, no intuito de melhorar a conservação e manutenção de populações de organismos provedores de serviços ecossistêmicos, como polinização e controle biológico.

Proposta: Desenvolvimento de manual de Manejo Ambientalmente Adequado das Águas Urbanas.

¹ Fonte: SOS Mata Atlântica.

Proposta: Ampliação do programa de assistência e saúde a animais tutelados por pessoas assistidas pelo Programa de Urbanização de Vilas e Favelas.

Proposta: Com a conclusão da seleção da entidade gestora, apoiar o início do funcionamento do Hospital Público Veterinário de Belo Horizonte.

Desafio: O enfrentamento às emergências climáticas tornou-se tema central na pauta de responsabilidades da administração pública. Assim, significa a assunção de responsabilidade contemporânea pelo poder municipal, na articulação de órgãos e gestão para a elaboração de planos, programas, projetos e ações relacionadas direta ou indiretamente aos desafios da mudança do clima, melhoria da qualidade do ar, promoção de um desenvolvimento urbano resiliente e de baixo carbono.

Proposta: Instituição do Plano Municipal de Ação Climática, com o objetivo de promover a redução da emissão de gases de efeito estufa e da vulnerabilidade aos riscos climáticos, além de realizar uma gestão do risco associada a esse fenômeno. Importa no desenvolvimento de estratégias de adaptação e mitigação que envolvam a identificação da exposição do município a impactos atuais e futuros, com base em projeções de clima, a identificação e a análise da vulnerabilidade a esses possíveis impactos e, também, a definição de ações e diretrizes que promovam a adaptação voltadas para cada setor.

Proposta: Atualização, anualmente, do Inventário Municipal de Gases de Efeito Estufa, para a utilização de dados mais recentes no monitoramento de ações de mitigação desenvolvidas e para a avaliação de impactos de eventos externos.

Proposta: Implantação de estratégia de gestão climática por meio de uso de modelagem de vulnerabilidade climática para riscos de inundação, onda de calor, dengue e deslizamento, como ferramenta de planejamento em processos e projetos ambientais.

Proposta: Publicação de editais de Chamamento Público do Fundo Municipal de Defesa Ambiental para financiamento de projetos de enfrentamento às mudanças climáticas, com protagonismo de mulheres residentes em áreas de vulnerabilidade climática.

Desafio: O objetivo final da sustentabilidade plena pressupõe um equilíbrio entre a manutenção dos estoques de recursos naturais e o capital produtivo. Para atingir essa harmonia, que compreende o controle das entradas (atividades humanas utilizadoras de recursos naturais) e saídas (poluição) do sistema ecológico, bem como para conservar o capital natural remanescente, faz-se necessário, por meio da inovação, adotar soluções baseadas na própria natureza, ou seja, encontrar no capital natural as respostas para os problemas enfrentados pelo avanço do processo de urbanização do território.

Proposta: Implementação de projetos pilotos de soluções baseadas na natureza, indicadas para a redução dos impactos negativos de inundação, tais como jardins infiltrantes, telhados verdes, valas vegetadas, bacias de infiltração vegetadas, cordões de recuperação de áreas permeáveis, florestas compactas, dentre outras.

Proposta: Revegetação e resgate de infraestruturas verdes em áreas estratégicas selecionadas em estudos de hierarquização de áreas, de acordo com serviços ecossistêmicos.

Proposta: Ampliação da arborização urbana e recomposição de corredores ecológicos e áreas prioritárias indicadas em zoneamentos presentes no Plano Diretor, garantindo que a cada árvore suprimida seja plantada, no mínimo, uma de espécie adequada em local propício.

Desafio: Melhoria das condições físicas, de acessibilidade e de protocolos de segurança dos parques, garantindo ambientes adequados para usufruto da população.

Proposta: Melhora dos indicadores de qualidade dos parques em relação à infraestrutura e equipamentos, com ênfase na acessibilidade e videomonitoramento.

Proposta: Ampliação do programa de prevenção e combate aos incêndios florestais.

Proposta: Elaboração dos planos de manejo específicos para parques urbanos, qualificando os fluxos de manutenção, uso público e conservação da biodiversidade.

Proposta: Monitoramento dos indicadores epidemiológicos e organização permanente de medidas de prevenção, com especial atenção para a febre amarela, febre maculosa e covid-19.

Proposta: Continuação das reformas dos recintos do zoológico, buscando referências de alto nível em bem-estar animal e bioética.

Desafio: Potencializar o fluxo de frequentadores dos parques municipais, jardim zoológico e jardim botânico, a partir da diversificação

e melhoria das opções de lazer oferecidas nessas unidades, assim como parcerias com outras instituições, públicas e privadas.

Proposta: Reforma das pistas de skate localizadas nos parques de BH e implantação de trilhas qualificadas e específicas para a prática de *mountain bike* e *trekking* nos parques com espaço propício para tal.

Proposta: Apoio à realização de eventos esportivos, culturais, artísticos, educacionais e de proteção aos animais nos diversos parques, sempre harmonizados com os fatores ambientais próprios desses espaços.

Proposta: Ampliação das parcerias com o setor privado, para a permissão de espaços nos parques e praças, melhoria dos serviços turísticos e realização de eventos.

Proposta: Manutenção e ampliação de programas de atendimento em educação ambiental nos parques, zoológico, Centros de Vivência Agroecológica (Cevaes) e Jardim Botânico destinados às escolas das redes pública e privada.

Proposta: Incentivo às iniciativas de agroecologia, utilizando os espaços dos Cevaes como ferramenta para a formação e o intercâmbio de experiências e estímulo do empreendedorismo local.

Proposta: Realização de concessão de espaços para iniciativas em gastronomia e lazer no Parque das Mangabeiras.

Proposta: Organização de um programa de ampla parceria com a sociedade para cuidados com animais, em especial os abandonados, ampliando os processos para a propagação de adoção.

Desafio: Retomar o planejamento de ampliação dos programas de coleta seletiva, interrompidos pela pandemia da covid-19, garantindo também o envolvimento da população e dos catadores de materiais recicláveis não organizados em associações e cooperativas.

Proposta: Ampliação do programa de coleta seletiva (papel, metal, plástico, vidro e resíduos reversos) com implantação em prédios públicos municipais e criação de novos pontos verdes para serviço de coleta seletiva ponto a ponto.

Proposta: Ampliação e melhoria da rede de unidades de processamento de materiais recicláveis (papel, metal, plástico, vidro), com a modernização do processo de triagem em galpões cedidos às associações e cooperativas de catadores.

Proposta: Promoção da inclusão e integração socioeconômica dos catadores avulsos de materiais recicláveis em situação de vulnerabilidade por meio de programa contínuo.

Desafio: As ações para controle e redução dos pontos de deposição clandestina também foram afetadas em função do remanejamento das equipes para fiscalização do comércio, enquanto vigentes os decretos que determinam as medidas de prevenção a serem adotadas pelos comerciantes. Há a percepção de que houve um aumento desse número no período, colocando em risco todos os esforços despendidos para tratamento e redução desses pontos. Torna-se, assim, necessária a retomada de ações de controle desses locais, bem como a adoção de medidas alternativas para a gestão de resíduos na capital que reduzam a prática do descarte incorreto pela população.

Proposta: Atualização contínua do cadastro e da base geográfica, com georreferenciamento de pontos críticos de deposição clandestina.

Proposta: Reforma, reestrutura e construção de novas Unidades de Recebimento de Pequenos Volumes (URPVs), visando atender de forma mais adequada a procura pela população.

Proposta: Desenvolvimento de ações eficientes, a partir da atuação da comissão intersetorial da PBH, no intuito de combate aos pontos de deposição clandestina.

Desafio: Ampliar a coleta porta a porta em ZEIS.² A universalização da prestação dos serviços em ZEIS foi uma prioridade definida desde o início do atual governo. A SLU, atualmente, atende 100% das ZEIS com os serviços de limpeza urbana, mas parte dos moradores precisa levar seus resíduos a um local pré-estabelecido pela SLU, por dificuldades relacionadas à infraestrutura das vias de acesso. Isso pode ocasionar um desestímulo na população para levar os resíduos até o ponto de coleta, fazendo com que essa população opte, muitas vezes, por descartá-los em locais inapropriados, tais como córregos e lotes vagos. Para ampliar a coleta porta a porta, é necessária a adequação das vias de acesso, eliminando restrições para a circulação dos caminhões, como a largura insuficiente das vias, falta de pavimentação e declividade excessiva.

Proposta: Urbanização e melhoria da estrutura de acesso em vias de Zonas de Especial Interesse Social (ZEIS).

Proposta: Implantação do serviço de coleta porta a porta nas vias viabilizadas. **K**

² As ZEIS (Zonas de Especial Interesse Social) são um zoneamento previsto no Plano Diretor do Município e correspondem às áreas de vilas e favelas.

POLÍTICA URBANA: PLANEJAMENTO URBANO, REGULAÇÃO E AMBIENTE URBANO

O Plano Diretor Municipal é o principal instrumento de política urbana do município e orienta todas as ações de coordenação e de articulação das políticas de planejamento urbano, regulação e fiscalização, visando sempre ao desenvolvimento urbano sustentável e à justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização. A Prefeitura atua na implementação de ações que proporcionem um espaço público para melhorar a vida das pessoas, por meio de iniciativas de planejamento urbano, coordenação de projetos urbanos especiais, fiscalização, da regulação e do controle urbano, mediante o ordenamento territorial e o controle do parcelamento, ocupação e uso do solo.

PROPOSTAS PARA A ÁREA DE POLÍTICA URBANA

Desafio: Cidade a pé. Belo Horizonte cresceu mantendo funções urbanas, como serviços, oportunidades de emprego e equipamentos públicos, concentrados na região central, fazendo com que grande parte da população precise enfrentar longos deslocamentos para acessar essa região da cidade. Para solucionar esse problema, o novo Plano Diretor aprovado em 2019 apresenta um modelo de descentralização, focado em criar uma rede de centros e centralidades urbanas locais e regionais e em estabelecer estrutura de acesso a serviços para atender melhor todo o território. Nos próximos anos, o desafio a ser superado é a sua implementação no município.

Proposta: Fortalecimento dos diversos centros dos bairros como maneira de estimular a diversificação da atividade econômica e a produção de novas moradias, bem como a implantação de equipamentos públicos, de forma a reduzir a necessidade de deslocamento da população no seu cotidiano. A proposta visa reduzir a dependência da área central e, em alinhamento com os avanços do urbanismo mundial, alcançar de forma caminhável opções de lazer, comércio, serviços, educação e saúde.

Desafio: Desconcentração econômica e qualificação urbana. Com os custos das medidas de combate ao coronavírus, a paralisação de atividades e a queda na arrecadação pelo município, uma crise econômica se apresenta como reflexo da pandemia. Esse cenário de recessão da economia se estende nacional e mundialmente e exige ações do poder público para mitigar os efeitos da crise.

Proposta: Implementação dos estudos de adensamento relacionados ao eixos de transporte coletivo e execução das obras públicas para acelerar o desenvolvimento econômico e requalificação urbanística no Vetor Norte e no Eixo Leste da cidade, com intervenções de melhoria da acessibilidade ao transporte público, com a qualificação dos espaços públicos e implantação de equipamentos públicos, elevando a qualidade de vida da população local.

Desafio: Parque Lagoinha. A região da Lagoinha tem importância histórica e geográfica e sua formação e desenvolvimento remontam desde a origem de Belo Horizonte. O local tem tradição cultural, arquitetônica, de costumes e atividades da cidade. A região passou por diversas modificações e hoje conta com áreas remanescentes, subutilizadas e degradadas, cuja revitalização e recuperação constituem um desafio a ser enfrentado.

Proposta: As intervenções pensadas para a região envolvem iniciativa de valorização da Lagoinha, com implantação do Parque Lagoinha na porção do complexo viário; melhoria da integração da região com o centro e as estações do metrô e do Move; requalificação do patrimônio histórico e melhorias nos espaços públicos em geral. O objetivo será alcançado com recursos de operação urbana consorciada já em desenvolvimento.

Desafio: Belo Horizonte, cidade resiliente. O agravamento das consequências das mudanças climáticas é uma realidade cada vez mais vivenciada no dia a dia das cidades, sobretudo nas grandes metrópoles. O obstáculo a ser superado é garantir que Belo Horizonte esteja apta a absorver e mitigar o agravamento de tais eventos extremos, atuando em iniciativas sustentáveis e no aumento da resiliência do território.

Proposta: Ampliação do uso de soluções de sustentabilidade e tecnologia verde nas edificações e projetos públicos, com foco principal nas ações relacionadas à microdrenagem urbana. Incorporação, nos projetos de requalificação urbana e de drenagem, dos jardins de chuva e de outras soluções baseadas na natureza.

Proposta: Ampliação e otimização dos sistemas de macrodrenagem nas principais bacias hidrográficas da cidade, priorizando as obras no Córrego Vilarinho, no Ribeirão Pampulha (Avenida Cristiano Machado), no Ribeirão da Onça, no Córrego Cercadinho (Avenida Tereza Cristina) e no Córrego Cachoeirinha (Avenida Bernardo Vasconcelos), com foco principal na sustentabilidade ambiental, implantação de parque ciliar no Ribeirão do Onça, aumento da capacidade de retenção de excedente das águas de chuvas.

Desafio: Habitação e Infraestrutura Urbana. O Plano Diretor, aprovado em 2019, reconhece as ocupações como parte integrante da cidade e abre a possibilidade de intervenção urbanística nessas regiões. O avanço a se fazer, nesse sentido, é o de possibilitar a melhoria da condição de vida dos moradores, com a implementação de serviços básicos nas regiões de ocupação e a sua urbanização.

Proposta: Promoção de melhorias sociais, urbanas e ambientais na região da Cabana e na região do Jatobá, a partir de investimentos

integrados em infraestrutura, viabilizados através de parceria com organismos internacionais.

Proposta: Continuação das ações em andamento na Região da Izidora, com o desenvolvimento do projeto de urbanização dos assentamentos, buscando financiamento para realização de obras de infraestrutura social e urbana.

Proposta: Fomento à implantação de infraestrutura de abastecimento de água, esgoto e eletricidade nas Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS-2) incluídas no novo Plano Diretor.

Proposta: Garantia da ampliação do programa “Endereço Cidadão”, reconhecendo e ordenando os endereços em territórios vulneráveis. O programa, criado em 2019, permite identificar, a partir da certidão de endereço temporário, a localização geográfica do imóvel no ordenamento numérico. O documento não implica o reconhecimento da regularidade urbanística, mas é uma forma de melhorar a vida das pessoas que ainda vivem sem um endereço e que poderão acessar serviços prestados pelo SAMU, Corpo de Bombeiros, Cemig, Copasa e Polícias Militar e Civil, além da entrega de correspondências e encomendas.

Desafio: Produção de habitação de interesse social bem localizada. O déficit habitacional existente no município, somado à escassez de grandes áreas desocupadas, indica a necessidade de desenvolvimento de projetos e soluções criativas, indo além da implantação de grandes condomínios habitacionais.

Proposta: Utilização do convênio urbanístico de interesse social, previsto no Plano Diretor, para destinação de terrenos públicos de pequeno porte à produção de habitação de interesse social, em parceria com

pequenas e médias empresas de construção civil. A proposta, além de proporcionar benefícios para o cotidiano dos cidadãos beneficiados - habitação própria e bem localizada - estimula a retomada econômica e promove a parceria entre agentes públicos e privados para viabilizar soluções conjuntas para a cidade. A produção de habitação de interesse social bem localizada apresenta-se como um dos caminhos para reduzir as desigualdades no ambiente urbano, proporcionando redução do déficit habitacional e uma menor necessidade de deslocamento da população para suas atividades cotidianas. Nesse contexto, a utilização de terrenos públicos pequenos (cujo porte restringe sua utilização para outras finalidades) e a parceria com a iniciativa privada apresentam-se como caminhos para abordar a questão.

Desafio: Adaptação das edificações no contexto pós-pandemia. A ampliação do trabalho em casa e dos serviços de *delivery*, assim como a estagnação econômica, têm desenhado um cenário de desocupação de imóveis comerciais, bem como trazido novas necessidades para as moradias.

Proposta: Criação da reconversão, um processo simples e menos burocrático para permitir adaptação de edificações a novos usos. O objetivo é estimular o aproveitamento de imóveis existentes, combatendo o processo de esvaziamento e abandono e otimizando a infraestrutura pública já instalada.

Desafio: BH ao ar livre. As medidas emergenciais tomadas em Belo Horizonte para diminuir a exposição da população ao coronavírus envolveram o isolamento social e a paralisação de serviços e comércios. Com a pandemia, tornou-se evidente a necessidade de adaptar a cidade para enfrentar possíveis crises sanitárias, buscando harmonia

entre questões urbanas e de saúde pública. Em relação a adaptações no uso do espaço público, foram promovidos estudos e discussões sobre novas práticas e posturas.

Proposta: Adaptação do uso dos espaços públicos, inclusive com a revisão da legislação específica, de forma a ampliar as possibilidades de apropriação pela população, comércios e serviços e trabalhadores no cenário pós-pandemia do coronavírus.

Desafio: Economia de Rua. Com o aumento do número de pessoas que perderam seus empregos durante a pandemia, a atuação da Prefeitura de Belo Horizonte deve gerar oportunidades de inclusão produtiva e geração de renda, que promovam a possibilidade de reconstituição e complementação de renda familiar.

Proposta: Fomento das atividades econômicas no logradouro público, contemplando: facilitação das licenças de atividades para veículos automotores e veículos de tração humana; adequação do mobiliário urbano, com foco nas bancas de jornais e revistas, para que sejam locadas para a prestação de serviços, como manicure, alimentares, chaveiro, cópias, comercialização de produtos derivados da economia popular; além da viabilização de mercado popular nas estações do sistema de mobilidade. A iniciativa englobará ainda a criação de circuito de feiras de rua locais, voltado para a economia solidária, culinária popular e comercialização de produtos das hortas urbanas do programa Territórios Sustentáveis.

Proposta: Manutenção de um cadastro aberto constantemente para ambulantes, veículos de tração humana, veículos automotores, feiras e shoppings populares, a fim de facilitar a substituição de licenciados

que não renovem as suas licenças. Essa iniciativa atende à demanda de novos cidadãos interessados em participar dessas opções, mas que, atualmente, podem esperar anos para uma nova licitação.

Proposta: Além dessas ações e compreendendo a necessidade de incorporação da economia popular ao mundo digital, propõe-se a criação de uma plataforma digital pública que conecte a oferta de serviços de trabalhadores dos territórios vulneráveis da cidade ao mercado de demandas, contribuindo não só para a inserção e oportunidades para esses trabalhadores, mas também para a contratação local e redução dos deslocamentos na cidade.

Desafio: BH Digital. A pandemia de coronavírus evidenciou a importância de repensar o modelo de como os serviços municipais são ofertados ao público. O enfoque na modernização e simplificação desses serviços, sobretudo nas áreas de relacionamento com os moradores da cidade, para aumentar o número de atividades a serem realizadas digitalmente, dispensando a presença física do cidadão e o seu deslocamento para ter acesso a atendimento, são desafios a serem superados.

Proposta: Criação de um ambiente unificado, digital e interligado, dos empreendimentos de ponta a ponta, para melhorar o atendimento ao cidadão, contemplando o percurso que vai da aprovação do lote ao funcionamento do estabelecimento, passando pela construção do edifício em que a atividade será exercida. Além disso, dar continuidade à revisão de fluxos, simplificação de exigências, objetivação de normativas e automatização de processos, gerando eficiência e a diminuição do custo processual para as empresas e cidadãos.

Proposta: Inclusão de cidadãos dos territórios vulneráveis no CADÚNICO. O objetivo é integrar as informações do CADÚNICO na base de dados da Prefeitura, a ser incorporado para o cruzamento de informações do município e qualificá-las para fortalecimento e maior eficácia dos programas públicos municipais. Assim, o foco das ações deve ser inicialmente em garantir que mais residentes de Belo Horizonte tenham documento de identificação pessoal (Registro Geral - RG e Cadastro de Pessoa Física - CPF). A partir daí, organizar um cadastro unificado de interesse social, com dados das diversas políticas setoriais, contemplando também o histórico de saúde do cidadão.

Desafio: Gestão do espaço público. Outro desafio relevante é a continuidade do trabalho de fiscalização desenvolvido, que tem alcançado muitos resultados positivos. A manutenção das ações fiscais que demandam atenção contínua e atuação permanente contribui para a gestão do espaço público.

Proposta: Ampliação do monitoramento da ocupação de áreas públicas, com a incorporação das áreas de preservação permanente (APP) e das áreas de risco. Consolidação dos projetos de melhoria da limpeza urbana na cidade, por meio do desenvolvimento do controle dos lotes vagos e pontos críticos de deposição clandestina.

Proposta: Estimulação da criação de espaços de interlocução, por meio de mesa de resolução de conflitos de vizinhança, com a ampliação do diálogo no âmbito da sociedade civil local e regional, entre associações de bairro, entidades representativas e empreendedores, a fim de mitigar os conflitos em razão das demandas fiscais.

Desafio: Conclusão do passivo das obras do orçamento participativo. Do total de 1.652 empreendimentos aprovados no Orçamento Participativo ao longo de 26 anos de existência, 1.202 foram concluídos até dezembro de 2016, deixando, em 2017, um passivo de 450 empreendimentos. Considerando este alto saldo e a baixa disponibilidade de recursos, a Prefeitura definiu no início da atual gestão pela suspensão de novas rodadas para centrar seus esforços na redução desse passivo, decisão que recebeu o apoio dos representantes das Comissões de Acompanhamento e Fiscalização da Execução do Orçamento Participativo - Comforças, distribuídas nas nove regionais da cidade.

Proposta: Financiar, licitar e executar o saldo de 140 obras ainda não iniciadas do orçamento participativo. O perfil dos empreendimentos do orçamento participativo não é, normalmente, elegível ao financiamento pelos organismos multilaterais de fomento. Isso coloca estas obras disputando recursos do tesouro com as demais políticas públicas correntes e este tem sido o principal desafio na redução do passivo. Por isso, um ajuste delicado e cuidadoso da peça orçamentária precisa ser feito para que possamos acomodar estas obras sem trazer prejuízos para as demais políticas públicas. Vimos encontrando este formato nos últimos anos e nossa proposta é manter este direcionamento para entregar para a cidade as obras deste passivo acumulado nos governos anteriores. **K**

HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO

Belo Horizonte tem uma longa trajetória de política habitacional e foi, inclusive, um dos municípios pioneiros no Brasil a trabalhar com a regularização fundiária de interesse social, a partir da aprovação de um programa de regularização de favelas em 1983, o PROFAVELA.

Além de buscar viabilizar o atendimento da demanda por moradias da população de baixa renda, a política municipal de habitação e urbanização objetiva também melhorar as condições habitacionais dos moradores de áreas de interesse social, visando à inclusão dos moradores na vida da cidade, propiciando mais segurança e qualidade de vida para todos.

Para o atendimento desses públicos, são realizadas intervenções de caráter reestruturador e integrado, que promovem transformações profundas em vilas e aglomerados, integrando-os à cidade, de modo a garantir o direito social à moradia. O trabalho de articulação com as demais políticas de meio ambiente, saneamento básico e mobilidade urbana é realizado em conjunto com as comunidades para identificação e compreensão das suas necessidades.

Além dos assentamentos de interesse social, a cidade tem um déficit habitacional, composto principalmente por famílias de baixa renda em situação de coabitação ou que comprometem mais de 30% de sua renda familiar mensal com aluguel.

Para esse público, a demanda é pela provisão ou produção de novas habitações e algumas iniciativas vêm sendo implementadas, destacando-se nessa abordagem a locação social, como uma das possibilidades de atendimento à provisão habitacional.



PROPOSTAS PARA A ÁREA DE HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO

Desafio: Reduzir o déficit habitacional no município, bem como enfrentar o passivo do Orçamento Participativo da Habitação, fornecendo habitação digna, regular e dotada de serviços públicos, mitigando as desigualdades sociais e contribuindo, assim, para a ocupação urbana planejada.

Proposta: Ampliação do atendimento do Programa de Locação Social.

Proposta: Efetivação da parceria com as entidades atuantes na Política Habitacional do Município de Belo Horizonte, através da seleção e destinação de terrenos públicos, para a produção habitacional, que beneficiarão famílias que conquistaram o direito à moradia no Orçamento Participativo da Habitação - OPH.

Proposta: Construção de unidades habitacionais para reassentamento de famílias removidas por obras vinculadas ao PAC e pelas intervenções de saneamento e recuperação dos fundos de vale da cidade.

Proposta: Início da implantação do Programa de Assistência e Assessoria Técnica, ampliando o atendimento da Política Habitacional e inserção da linha de financiamento para aquisição de materiais por meio do programa.

Proposta: Atendimento do passivo do OPH, utilizando-se das alternativas da Provisão Habitacional: Produção Habitacional, Aquisição de imóveis ou Locação Social.

Proposta: Implementação do PQV (Plano de Quitação Voluntária) que beneficiará a quitação das moradias pelas famílias já beneficiárias do OPH.

Desafio: Regularizar e promover a urbanização em assentamentos localizados em áreas de interesse social, considerando-se o crescimento populacional nesses locais nos últimos anos.

Proposta: Conclusão de empreendimentos de urbanização, com produção de unidades habitacionais, e dos empreendimentos do passivo do Orçamento Participativo da Habitação.

Proposta: Efetivação da contratação e execução do empreendimento na Vila Cabana, objeto de parceria com o Banco Mundial.

Proposta: Avanço nas melhorias e reestruturação urbana dos assentamentos da Izidora e outras ocupações urbanas.

Proposta: Desenvolvimento de estudos e viabilização de ações nos assentamentos de interesse social que minimizem efeitos de epidemias.

Proposta: Ampliar a regularização fundiária de loteamentos de interesse social, por meio de contratos a serem firmados com empresas e parcerias com entidades da sociedade civil.

Desafio: Implantar ações necessárias para mitigar o impacto causado por intensas chuvas como as que a cidade recebeu no mês de fevereiro de 2020.

Proposta: Execução das obras de reconstrução e recuperação de vias, espaços públicos e encostas nos assentamentos atingidos.

Proposta: Viabilização do reassentamento, provisório ou definitivo, das famílias removidas de suas residências e que não podem retornar às suas casas.

Desafio: A cidade tem uma topografia acentuada, em razão destas características, existem áreas de risco geológico disseminadas em diversos pontos do município.

Proposta: Realização de intervenções estruturantes para a recuperação e a estabilização de encostas, minimizando os riscos geológicos em período chuvosos.

Proposta: Otimização e aprimoramento da gestão e do monitoramento de famílias que vivem em áreas de risco geológico, possibilitando ações mais efetivas da Defesa Civil. **K**

MOBILIDADE URBANA

As diretrizes da política municipal de mobilidade urbana estão explícitas no Plano Diretor Municipal, que estabelece a necessidade de implementação de estratégias eficientes para a mobilidade urbana, priorizando o transporte coletivo, bem como modais de transporte não motorizado. A Prefeitura define e executa a política de mobilidade urbana, planeja e implementa ações, no que se refere aos diversos modais de transporte, serviços e infraestrutura viária e de transporte que garantem os deslocamentos de pessoas e cargas no território, com vistas a atender as necessidades atuais e futuras da população de Belo Horizonte.

PROPOSTAS PARA A ÁREA DE MOBILIDADE URBANA

Desafio: Manter e ampliar a participação popular, aumentar o controle social e a transparência sobre o contrato das empresas do transporte coletivo.

Proposta: Implantação, no contrato das empresas de transporte coletivo, de regra de *compliance*.

Proposta: Criação e publicação do Boletim Técnico e Econômico do Transporte Coletivo.

Proposta: Auditorias permanentes no transporte coletivo.

Proposta: Realização de reuniões no COMURB (Conselho de Mobilidade Urbana), CRTT (Comissão Regional de Transportes e Trânsito), Fóruns e Observatório da Mobilidade.

Desafio: Manter e ampliar as políticas inclusivas na mobilidade urbana. Aumentar as ações de educação.

Proposta: Fortalecimento das ações de prevenção ao assédio às mulheres no sistema de mobilidade.

Proposta: Inclusão, no aplicativo da PBH, de dispositivo para denúncias em tempo real de assédios no sistema de mobilidade.

Proposta: Criação de um aplicativo para uso de PCD – pessoa com deficiência com reconhecimento de localização e instruções.

Proposta: Inclusão, em mais semáforos da cidade, de sinal sonoro para portadores de deficiência visual.

Desafio: Usar de forma intensiva a inteligência artificial, o ambiente de inovação das startups e as mídias sociais para ampliar a informação aos usuários.

Proposta: Ampliação do fornecimento de dados abertos para as startups, universidades, centros de pesquisas e empresas de tecnologia.

Proposta: Criação do laboratório da mobilidade MOBLAB, com chamadas públicas de financiamento.

Proposta: Implantação, em dispositivos já em operação na cidade, de detectores de avanço de sinal e de tecnologia que possibilite identificar veículos furtados.

Desafio: Ampliar o projeto Pedala BH, reforçando o papel da bicicleta no sistema de mobilidade; introduzir o sistema de eletromobidade através dos ônibus elétricos; identificar e mitigar os vetores de emissão de gases de efeito estufa na mobilidade.

Proposta: Planejamento e implantação de projeto piloto com ônibus elétricos.

Proposta: Elaboração de estudos de mitigação de emissão de gases de efeitos estufa pelo sistema de mobilidade.

Proposta: Implantação de projeto de calçadas seguras na área central da cidade.

Proposta: Reforço do projeto PEDALA BH, implantado ciclovias ou ciclofaixas, bicicletários nas estações de ônibus e realizando chamamento público para a implantação de bicicleta compartilhada.

Desafio: Ampliar a mobilidade urbana, com a utilização do transporte público coletivo, aumentando a velocidade média nos principais corredores de transporte da cidade, reduzindo tempo de viagem e a emissão de gás carbônico.

Proposta: Implantação de faixas exclusivas de transporte coletivo, prioritariamente no Vetor Oeste - Corredor Amazonas e nas principais vias do Barreiro.

Proposta: Conclusão da ligação entre a Avenida José Cândido e a Avenida dos Andradas - Segunda etapa da Via 710.

Proposta: Realização de obras na Avenida Cristiano Machado, com o objetivo de melhorar o fluxo de veículos, nas interseções com as Avenidas Sebastião de Brito, Waldomiro Lobo e Vilarinho, pontos de retenção permanente. **K**

MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO

A política de planejamento, orçamento e gestão cuida dos meios para que a prefeitura entregue seus serviços da melhor forma possível. Ela abarca a coordenação do plano plurianual e do orçamento, o monitoramento de sua execução e busca garantir a execução sob equilíbrio fiscal. Responde também pela gestão de pessoas, visando ao desenvolvimento humano e organizacional do Poder Executivo, por intermédio da coordenação, regulamentação e avaliação da política de recursos humanos. No âmbito dessa política, são realizadas a gestão de planos de carreira e remuneração, avaliação de desempenho, planejamento da força de trabalho, saúde do servidor e atividades mais rotineiras, como gerir a folha de pagamentos. No campo dos recursos humanos é também responsável pelo pagamento de benefícios aos servidores inativos e pelos fundos de previdência. Para além das áreas de suporte da prefeitura, essa política também desempenha o papel de modernizar a gestão de áreas setoriais e o atendimento ao cidadão.

PROPOSTAS PARA A ÁREA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO

Desafio: Esforços de informatização e integração de processos já foram empreendidos nos últimos quatro anos, mas a lacuna de modernização das rotinas internas ainda é relevante, o que torna necessário estabelecer ações voltadas ao desafio de ampliar a informatização e a integração dos processos da área meio da prefeitura.

Proposta: Conclusão da implantação do novo sistema que automatizará e integrará todos os processos administrativos e financeiros da Prefeitura (GRP).

Proposta: Criação de condições para acesso aos serviços de recursos humanos de forma 100% digital. O Serviço de Recursos Humanos na Prefeitura de Belo Horizonte tem buscado dar espaço a práticas mais inovadoras e modelos de uma nova gestão moderna e interativa. É necessário finalizar o processo de automatização da administração de pessoal, garantindo que todos os documentos e processos estejam digitalizados, proporcionando maior agilidade no atendimento das demandas dos servidores públicos.

Proposta: A otimização de processos e a implantação da solução de gestão previdenciária proporcionaram um grande salto de modernização. Com essa etapa vencida, será possível implementar a solicitação de todos os serviços previdenciários via portal de autoatendimento e aplicativo móvel. O segurado poderá solicitar e acompanhar, sem sair

de casa, seus pedidos: aposentadoria; pensão por morte; emissão e entrega de Certidão de Tempo de Contribuição; informação preliminar e averbação de tempo de contribuição. Além disso, poderá simular a sua aposentadoria e fazer a sua prova de vida via aplicativo móvel.

Proposta: Implantação da tramitação de documentos e processos digitais em toda a Prefeitura e redução, de forma radical, do trânsito de papel, implantando um modelo sustentável e condizente às necessidades do mundo contemporâneo.

Proposta: Digitalização do prontuário dos servidores, eliminando arquivos e dando rápido acesso aos documentos de sua vida funcional.

Desafio: A necessidade constante de otimizar recursos na gestão de obras públicas torna imperativo o uso de novas tecnologias para minimizar riscos inerentes aos projetos de construção civil que visam oferecer condições gerais de funcionamento para a cidade. Nesse sentido, há a necessidade de modernizar o processo de gestão das obras públicas, com projetos em meio digital que armazenem mais informações sobre o empreendimento, com informações físico-financeiras, controle e medição de impacto de realização e alterações de projeto, para a redução de riscos e compreensão da viabilidade das obras públicas.

Proposta: Implementação de *Building Information Modeling* – BIM – na gestão de obras públicas municipais, contribuindo para a otimização de recursos, redução de riscos, prazos e custos, bem como maior transparência, com foco na melhoria contínua dos processos de gestão de empreendimentos.

Desafio: O fortalecimento da comunicação e do relacionamento com o usuário do serviço público, bem como a orientação da ação para que a sua experiência enquanto solicitante de serviços seja cada vez mais satisfatória, são objetivos centrais que se pretende atingir nos próximos anos. Esse desafio contempla a construção de uma cidade mais responsiva às demandas dos seus habitantes, que considera as suas especificidades e garante um atendimento aderente a elas, simplificado e de qualidade. Um dos desafios centrais é usar da tecnologia para integrar plataformas, cadastros e bancos de dados de forma a trazer agilidade, conveniência e menos deslocamentos do cidadão pela cidade, buscando órgãos públicos diversos.

Proposta: Ampliação da oferta de serviços 100% digitais, a partir do lançamento do novo portal de serviços, e simplificação do acesso por meio de revisão das nomenclaturas, das jornadas de experiência do cidadão, no qual o próprio usuário do serviço pode contribuir com o formato do desenho final do serviço.

Proposta: Fortalecimento da governança e intersetorialidade no cumprimento de serviços executados por órgãos distintos, garantindo ao cidadão uma experiência de ponta a ponta, sem que ele tenha que recorrer a múltiplos órgãos para a solução de um mesmo problema.

Proposta: Implementação da autenticação, via *login* único, em todos os sistemas da PBH acessados pelo cidadão, sendo o mesmo *login* a ser utilizado no governo do Estado e na União, simplificando radicalmente o acesso a serviços públicos digitais.

Desafio: A responsividade do poder público a situações que alteram a rotina da cidade - eventos de entretenimento ou situações adversas como enchentes - depende de grande integração de esforços humanos e tecnológicos. Para avançar nesse sentido, é necessário que

esses recursos estejam disponíveis e capacitados para que o município seja tempestivo em suas ações de mitigação, resiliência ou adaptação a novas situações que lhe são impostas, o que inclui maior capacidade de monitoramento do espaço urbano e comunicação com a população.

Proposta: Ampliação do uso de sensores para a captação de dados – incluindo videomonitoramento, sensores de monitoramento de tráfego e sensores de iluminação pública, dentre outros – e de ferramentas analíticas para o monitoramento da cidade.

Proposta: Fomento ao desenvolvimento de KDD – *Knowledge Discovery in Databases* – dentro do poder público municipal, por meio de capacitação de servidores e uso da estrutura de *Business Intelligence* disponível na PBH, sempre com foco em respostas eficientes para a resolução de problemas da cidade.

Desafio: Compartilhar problemas e promover a cocriação de soluções para os problemas públicos em parceria com a sociedade civil, empresas e *startups*. É necessário incentivar o desenvolvimento tecnológico e a capacidade de *Smart City* de Belo Horizonte, como destino de testes de soluções urbanas, sustentáveis e inovadoras.

Proposta: Realização de rodadas de seleção de protótipos de *startup* para testes por órgãos e entidades do Poder Público Municipal.

Proposta: Desenvolvimento de plataformas de compartilhamento de problemas e desafios com a sociedade, a fim de testar novas tecnologias para a modernização do setor público e prototipagem de soluções, seguindo o manifesto de Belo Horizonte *Fab City*.

Proposta: Promoção de ampliações do Laboratório aberto BH LAB da Prodabel para testes de ferramentas de *Smart Cities*.

Proposta: Incentivo a cadeias produtivas relacionadas à Economia Circular e Criativa. **K**

SUPERAÇÃO DA PANDEMIA E RETOMADA ECONÔMICA

Embora estejamos ainda em meio à luta contra a pandemia de covid-19, estamos experimentando novos formatos de convívio, consumo, trabalho e lazer que nos fazem pensar sobre o futuro próximo. Não se sabe quando atingiremos imunidade de rebanho, não se sabe quando teremos completa a vacinação da população, não se sabe se teremos uma segunda onda e qual a sua potência, não se sabe se o vírus terá um comportamento como H1N1 que apresenta novas cepas todo ano e que demanda vacinação anual. Diante disso, torna-se imperativo pensarmos nesse novo formato de viver e construí-lo junto com a sociedade. Observar as experiências internacionais muito nos ajuda, mas precisaremos desenhar um modelo que seja aderente à nossa cidade e à nossa cultura.

Nas mais diversas áreas de políticas públicas deste plano, foram pensadas propostas que enfrentam este debate e ofertam soluções para esse problema. Reunimos estas propostas, neste capítulo, a fim de dar uma ideia do que já está pensado para a questão, sem a pretensão, contudo, de esgotar o tema dado e sabendo que o debate com a cidade será determinante nestes desenhos. As propostas mais amplas de retomada econômica também merecem um capítulo específico sobre o tema.

Desafio: BH ao ar livre. As medidas emergenciais tomadas em Belo Horizonte para diminuir a exposição da população ao coronavírus envolveram o isolamento social e a paralisação de serviços e comércios. Com a pandemia, tornou-se evidente a necessidade de adaptar a cidade para enfrentar possíveis crises sanitárias, buscando harmonia entre questões urbanas e de saúde pública. Em relação a adaptações no uso do espaço público, foram promovidos estudos e discussões sobre novas práticas e posturas.

Proposta: Adaptação do uso dos espaços públicos, inclusive com a revisão da legislação específica, de forma a ampliar as possibilidades de apropriação pela população, comércios, serviços e trabalhadores no cenário pós-pandemia do coronavírus.

Proposta: Melhoria das praças da cidade, visando dotá-las de adequado paisagismo, mobiliário urbano e espaço de contemplação e lazer para a população em todas as regionais.

Proposta: Incentivo a formas de mobilidade e de vivência urbana mais saudáveis, por meio de iniciativas complementares de cuidado à saúde, com foco no cotidiano da cidade, e que envolvam a utilização de espaços abertos como opção prioritária para as atividades do dia a dia, como ampliação e revitalização de ciclovias e pistas de caminhada; exercícios físicos ao ar livre; priorização das caminhadas no cotidiano; investimento em praças com infraestrutura de wi-fi e energia, para que as pessoas possam trabalhar ao ar livre.

Proposta: Implantação de um programa de trabalho para os grupos impactados pela covid-19 e em vulnerabilidade através de alguns programas, como o Estamos Juntos, para população em situação de rua.

Desafio: Cidade a pé. Belo Horizonte cresceu desordenadamente mantendo funções urbanas, como serviços, oportunidades de emprego e equipamentos públicos, concentrados na região central, fazendo com que grande parte da população precise enfrentar longos deslocamentos para acessar essa região da cidade. Para solucionar esse problema, o novo Plano Diretor aprovado em 2019 apresenta um modelo de descentralização, focado em criar uma rede de centros e centralidades urbanas locais e regionais e em estabelecer estrutura de acesso a serviços para atender melhor todo o território. Nos próximos anos, o desafio a ser superado é a sua implementação no município.

Proposta: Fortalecimento dos diversos centros dos bairros, como maneira de estimular a diversificação da atividade econômica e a produção de novas moradias, bem como a implantação de equipamentos públicos, de forma a reduzir a necessidade de deslocamento da população no seu cotidiano. A proposta visa reduzir a dependência da área central e, em alinhamento com os avanços do urbanismo mundial, alcançar de forma caminhável opções de lazer, comércio, serviços, educação e saúde. Os objetivos de qualificação das centralidades serão alcançados por meio dos recursos do Fundo de Centralidades e parcerias com a comunidade local.

Desafio: Desenvolvimento econômico e qualificação urbana. Com os custos das medidas de combate ao coronavírus, a paralisação de atividades e a queda na arrecadação pelo município, uma crise econômica se apresenta como reflexo da pandemia. Esse cenário de recessão da economia se estende nacional e mundialmente e exige ações do poder público para mitigar os efeitos da crise.

Proposta: Implementação de obras públicas para acelerar o desenvolvimento econômico e requalificação urbanística no Vetor Norte e no

Eixo Leste, com intervenções de melhoria da acessibilidade ao transporte público, qualificação dos espaços públicos e implantação de equipamentos públicos, elevando a qualidade de vida da população local. Os objetivos serão alcançados por meio das operações urbanas consorciadas.

Proposta: Compreendendo que bares e restaurantes foram um dos setores mais impactados durante a pandemia e sendo eles parte central da cultura belorizontina, a proposta é adotar um conjunto de incentivos, visando à dinamização do segmento, como simplificação do licenciamento, ampliação das áreas para colocação de mesa e cadeira nos espaços públicos e permissão para a colocação de publicidade como forma de reduzir os custos de operação dos estabelecimentos.

Desafio: Economia de Rua. Com o aumento do número de pessoas que perderam seus empregos durante a pandemia, a atuação da Prefeitura de Belo Horizonte deve gerar oportunidades de inclusão produtiva e geração de renda que promovam a possibilidade de reconstituição e complementação de renda familiar.

Proposta: Implantação de um programa de trabalho para os grupos impactados pela covid-19 e em vulnerabilidade através de alguns programas, como o Estamos Juntos, para população em situação de rua.

Proposta: Fomento das atividades econômicas no logradouro público, contemplando: facilitação das licenças de atividades para veículos automotores e veículos de tração humana; adequação do mobiliário urbano, com foco nas bancas de jornais e revistas, para que sejam locadas para a prestação de serviços, como manicure, alimentares, chaveiro, cópias etc., comercialização de produtos derivados da economia popular; além da viabilização de mercado popular nas estações do sistema de mobilidade. A iniciativa englobará ainda a criação de

circuito de feiras de rua locais, voltado para a economia solidária, culinária popular e comercialização de produtos das hortas urbanas do programa Territórios Sustentáveis.

Proposta: Manutenção de um cadastro aberto constantemente para ambulantes, veículos de tração humana, veículos automotores, feiras e *shoppings* populares, a fim de facilitar a substituição de licenciados que não renovem as suas licenças. Essa iniciativa atende à demanda de novos cidadãos interessados em participar dessas opções, mas que, atualmente, podem esperar anos para uma nova licitação.

Proposta: Além dessas ações e compreendendo a necessidade de incorporação da economia popular ao mundo digital, propõe-se a criação de uma plataforma digital pública que conecte a oferta de serviços de trabalhadores dos territórios vulneráveis da cidade ao mercado de demandas, contribuindo não só para a inserção e oportunidades para esses trabalhadores, mas também para a contratação local e a redução dos deslocamentos na cidade.

Desafio: BH Digital. A pandemia de coronavírus evidenciou a importância de repensar o modelo de como os serviços municipais são ofertados ao público. O enfoque na modernização e simplificação destes serviços, sobretudo nas áreas de relacionamento com os moradores da cidade, para aumentar o número de atividades a serem realizadas digitalmente, dispensando a presença física do cidadão e o seu deslocamento para ter acesso a atendimento, são desafios a serem superados.

Proposta: Criação de um ambiente unificado, digital e interligado, dos empreendimentos de ponta a ponta, para melhorar o atendimento ao cidadão, contemplando o percurso que vai da aprovação do lote ao funcionamento do estabelecimento, passando pela construção do edi-

fício em que a atividade será exercida. Além disso, dar continuidade à revisão de fluxos, simplificação de exigências, objetivação de normativas e automatização de processos, gerando eficiência e a diminuição do custo processual para as empresas e cidadãos.

Proposta: Inclusão de cidadãos dos territórios vulneráveis no CADÚNICO. O objetivo é integrar as informações do CADÚNICO na base de dados da prefeitura, a ser incorporado para o cruzamento de informações do município e qualificá-las para fortalecimento e maior eficácia dos programas públicos municipais. Assim, o foco das ações deve ser inicialmente em garantir que mais residentes de Belo Horizonte tenham documento de identificação pessoal (Registro Geral - RG e Cadastro de Pessoa Física - CPF). A partir daí, organizar um cadastro unificado de interesse social, com dados das diversas políticas setoriais, contemplando também o histórico de saúde do cidadão.

Desafio: Adaptação das edificações no contexto pós-pandemia. A ampliação do trabalho em casa e dos serviços de *delivery*, assim como a estagnação econômica, têm desenhado um cenário de desocupação de imóveis comerciais, bem como trazido novas necessidades para as moradias.

Proposta: Criação da reconversão, um processo simples e menos burocrático para permitir adaptação de edificações a novos usos. O objetivo é estimular o aproveitamento de imóveis existentes, combatendo o processo de esvaziamento e abandono e otimizando a infraestrutura pública já instalada.

Desafio: O fortalecimento da comunicação e do relacionamento com o usuário do serviço público, bem como a orientação da ação para que a sua experiência enquanto solicitante de serviços seja cada vez

mais satisfatória, são objetivos centrais que se pretende atingir nos próximos anos. Esse desafio contempla a construção de uma cidade mais responsiva às demandas dos seus habitantes, que considera as suas especificidades e garante um atendimento aderente a elas, simplificado e de qualidade.

Proposta: Ampliação da oferta de serviços 100% digitais, a partir do lançamento do novo portal de serviços, e simplificação do acesso por meio de revisão das nomenclaturas, das jornadas de experiência do cidadão, no qual o próprio usuário do serviço pode contribuir com o formato do desenho final do serviço.

Proposta: Fortalecimento da governança e intersetorialidade no cumprimento de serviços executados por órgãos distintos, garantindo ao cidadão uma experiência de ponta a ponta, sem que ele tenha que recorrer a múltiplos órgãos para a solução de um mesmo problema.

Proposta: Implementação da autenticação, via *login* único, em todos os sistemas da PBH acessados pelo cidadão, sendo o mesmo *login* a ser utilizado no governo do Estado e na União, simplificando radicalmente o acesso a serviços públicos digitais.

Desafio: Estimular a atividade econômica e a geração de emprego e renda, de forma a conter os impactos do desemprego gerados na pandemia de covid-19, visando à inclusão social de grupos vulneráveis da sociedade, especialmente mulheres periféricas, jovens e empreendedores de vilas e favelas.

Proposta: Fomento da capacidade produtiva das comunidades de vilas e favelas, redirecionando-as para o empreendedorismo e *e-commerce*, através dos programas de capacitação ofertados pela Proda-bel, Sala do Empreendedor e demais parceiros da prefeitura.

Proposta: Implantação de um programa de trabalho para os grupos impactados pela covid-19 e em vulnerabilidade através de alguns programas, como o Estamos Juntos, para população em situação de rua.

Proposta: Oferecimento, para feirantes membros da Economia Solidária, de espaços adicionais de venda de seus produtos, em áreas da cidade, feiras e espaços da prefeitura, garantindo acesso a mercado e oportunidade de trabalho digno. **K**

P R E F E I T O
Kalil55
VICE **Fuad Noman**

